

**DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
NA METRÓPOLE E NO
INTERIOR DO RIO DE JANEIRO**

ESTUDO ESTRATÉGICO

Nº 05 | JULHO DE 2013



OS PEQUENOS NEGÓCIOS EM FOCO



RIO DE JANEIRO

SEBRAE/RJ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro

Rua Santa Luzia, 685 – 6º, 7º e 9º andares – Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-041

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

Jésus Mendes Costa

Diretor Superintendente

Cezar Vasquez

Diretores

Armando Clemente

Evandro Peçanha Alves

Gerente da Unidade de Conhecimento e Competitividade

Cezar Kirszenblatt

Equipe Técnica de Estudos e Pesquisas

Responsável: Bernardo Pereira Monzo

Juliana Cristina Carlos de Oliveira

Norma Suely Cerqueira Mesquita

Patrícia Reis Pereira

Igor Thiers Leve

***Equipe do Instituto de Estudos
do Trabalho e Sociedade - IETS***

Adriana Fontes

Fabírcia Guimarães

Luísa Azevedo

Samuel Franco

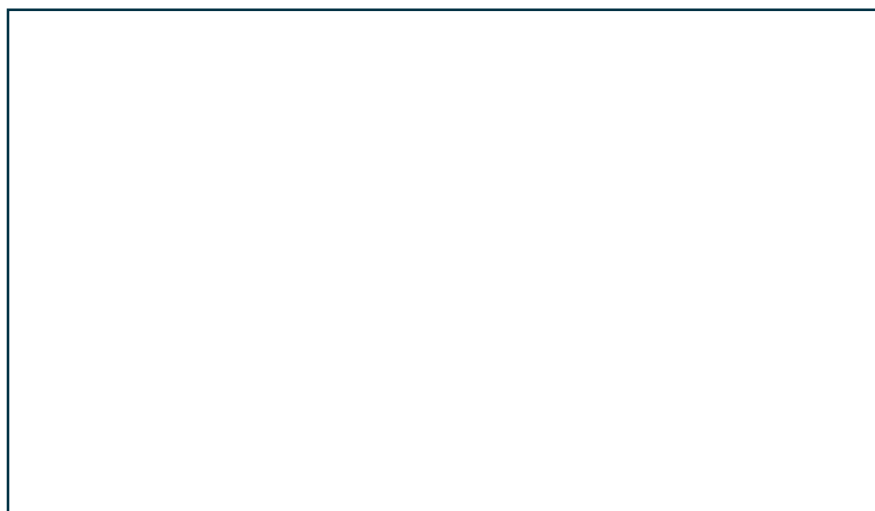
Valéria Pero (IE-UFRJ)

Elaboração de Conteúdo



Projeto Gráfico e Diagramação:

Maria Clara Thedim | www.mathedim.com.br



SUMÁRIO

ESTUDO ESTRATÉGICO

INTRODUÇÃO	05
A QUESTÃO METROPOLITANA	09
RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE	09
MERCADO DE TRABALHO	13
A DESIGUALDADE TERRITORIALIZADA: CAPITAL E PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	21
RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE	22
MERCADO DE TRABALHO	25
MOBILIDADE URBANA	30
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	31
EDUCAÇÃO	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39



INTRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NA METRÓPOLE E NO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO

ADRIANA FONTES • CAMILA FERRAZ • VALÉRIA PERO

Como em todas as metrópoles do Brasil (e do mundo), a concentração urbana, econômica e populacional é acompanhada de inúmeros desafios no âmbito da pobreza, da desigualdade de renda, do acesso ao trabalho e ao transporte público de qualidade. Estas pressões tornam as metrópoles mais complexas, assim como a busca de soluções para seus problemas. O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) se destaca neste cenário por apresentar a maior proporção de pessoas vivendo em sua metrópole, caracterizando-se como o estado mais metropolitano do Brasil.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) concentra 74% da população, responde por aproximadamente $\frac{3}{4}$ da economia, reúne 68% das empresas e 75% do emprego de todo o estado. Porém, a concentração não é apenas econômica. A RMRJ abriga, sozinha, 74% da pobreza do ERJ, sendo que 44% dos pobres estão em suas áreas periféricas (exceto a capital), segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2011.

Se a “encrenca” é metropolitana,¹ tamanha sua complexidade, pode-se dizer que no caso do Rio de Janeiro os desafios ganham uma proporção ainda maior. Assim como a trajetória do ERJ, a RMRJ, quando comparada às demais metrópoles brasileiras, vai aos poucos perdendo a sua posição em função de um ritmo mais lento na redução da desigualdade de renda.

Esta evidência dificulta ainda mais a busca por soluções dentro do ERJ e seus recortes territoriais (RMRJ, Capital, RMRJ sem capital e Área não metropolitana)², tão díspares em termos de desenvolvimento. Compreender estas especificidades territoriais é fundamental para sair da inércia concentradora de recursos e do desenvolvimento aquém dos demais estados e da média brasileira.³

1. Tema abordado por Urani (2008), que aponta como importante limite do desenvolvimento brasileiro os problemas socioeconômicos das metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, que chamou de “encrenca metropolitana”. Problemas advindos de um processo de globalização e realocação das atividades econômicas na entrada do segundo milênio, que levou à “perda de vocação dos subúrbios metropolitanos, desemprego, crescente polarização, novas formas de segregação social e ruptura de vínculo de solidariedade social”. Para maiores detalhes: http://www.iets.org.br/biblioteca/RAP_boletim2.pdf. out. Para outros pontos e contrapontos sobre a decadência da região metropolitana do Rio de Janeiro, ver Sobral (2013).

2. Esse recorte territorial do estado também pode ser visto a partir da nomenclatura de capital, periferia (municípios que compõem a região metropolitana, excluindo a capital) e interior (municípios da área não metropolitana). No Rio de Janeiro, são 18 municípios na periferia da região metropolitana e 73 municípios no interior.

3. Para uma análise sobre evolução recente do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, ver Fontes et al. (2013).

Nesse contexto, o presente artigo analisa a evolução da desigualdade de renda e do mercado de trabalho na RMRJ, de forma comparativa à média brasileira e à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), considerando o recorte territorial entre capital, região metropolitana sem a capital (periferia) e área não metropolitana do Estado (interior). Com isso, busca-se compreender o padrão e as especificidades do desenvolvimento socioeconômico do Rio de Janeiro. Para tanto, serão utilizados dados da PNAD/IBGE, da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) e da Relação Anual de Informações Anuais (RAIS/MTE) de 2001 a 2011, que permitem identificar os pontos de convergência e divergência entre esses recortes territoriais.

Assim sendo, o estudo apresenta três seções, além desta introdução. A primeira seção analisa a evolução dos indicadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação à média brasileira e a outras regiões metropolitanas. Já a segunda busca verificar o quão distinta tem sido a evolução dos indicadores socioeconômicos na capital, no restante da região metropolitana e na área não metropolitana do Rio de Janeiro. Na terceira, estão as principais conclusões do artigo.



DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

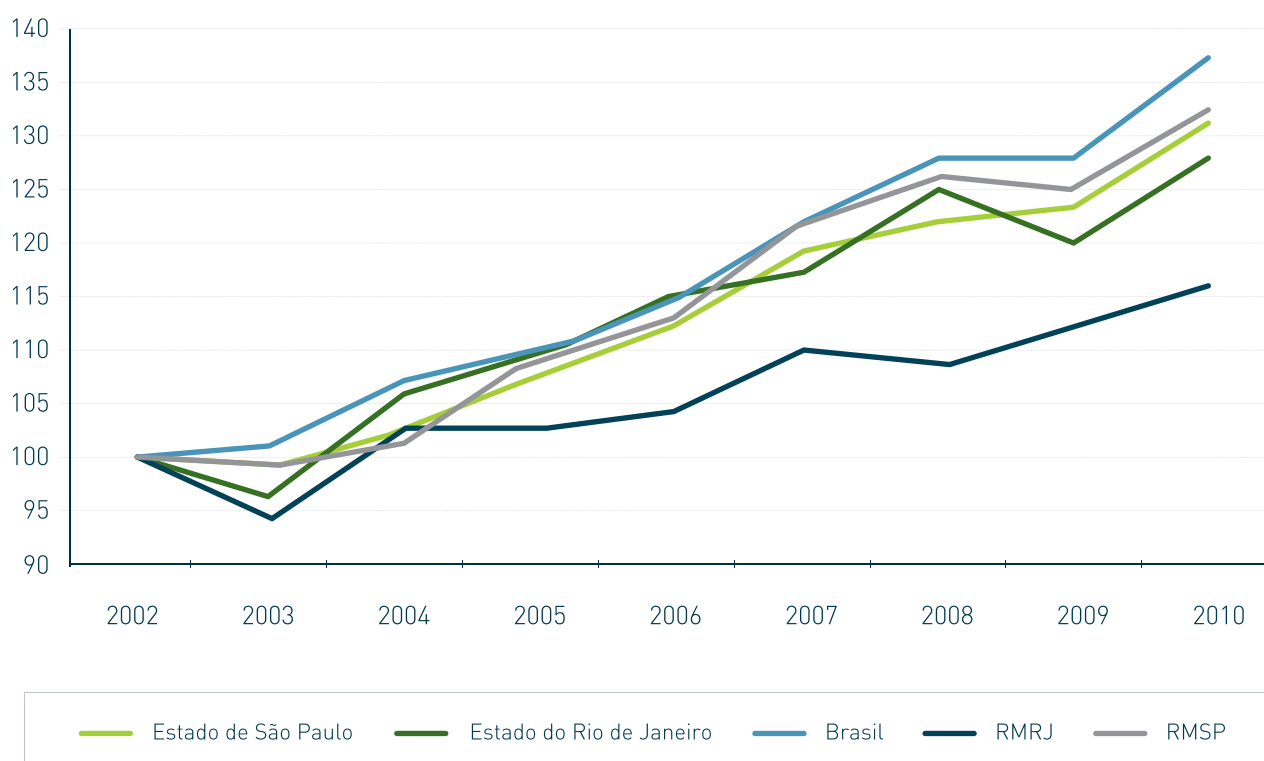
NA METRÓPOLE E NO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO

A QUESTÃO METROPOLITANA

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

A RMRJ tem o segundo maior PIB entre as metrópoles brasileiras, ficando atrás somente de São Paulo. A evolução da economia entre 2002 e 2010 revela um desempenho inferior da RMRJ em relação à média brasileira e da RMSP. A taxa média de crescimento anual na RMRJ foi de 2,0%, inferior à da RMSP (4,1%), da média brasileira (4,6%) e também do Estado (3,5%), fato que não ocorreu em São Paulo.

GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO DO PIB (R\$ DE 2000) Fonte: IETS, com base nos dados do Ipeadata.



O Rio é o quarto estado mais rico do Brasil, medido pela sua renda per capita, ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina em 2011, segundo a PNAD/IBGE. Já a RMRJ possui uma renda *per capita* inferior às regiões metropolitanas do Sul e Sudeste, embora acima da média brasileira (Gráfico 2). Isso se deve ao fato do crescimento da renda domiciliar per capita nas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo (18,5% e 16,2%, respectivamente) ter sido menor do que no Brasil (32,5%), entre 2002 e 2011. Mais recentemente, entre 2008 e 2011, a expansão da renda *per capita* vem desacelerando na RMRJ (2,6%), enquanto na RMSP houve alta de 10,8%.

GRÁFICO 2 | RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* – REGIÕES METROPOLITANAS E BRASIL – 2011 Fonte: IETS, com base nos dados da PNAD/IBGE.

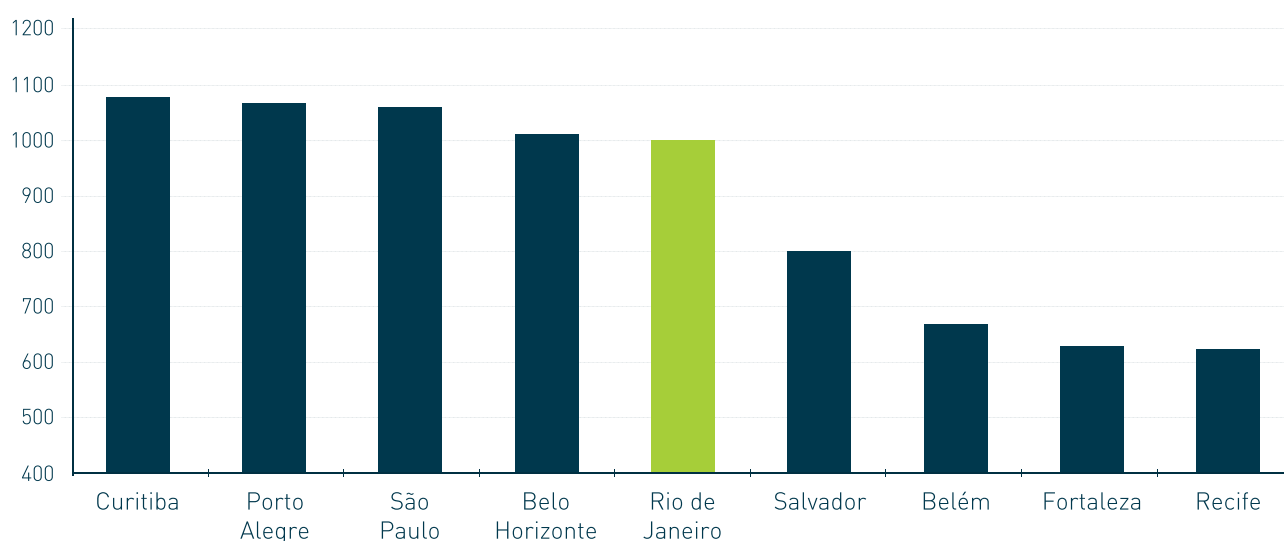
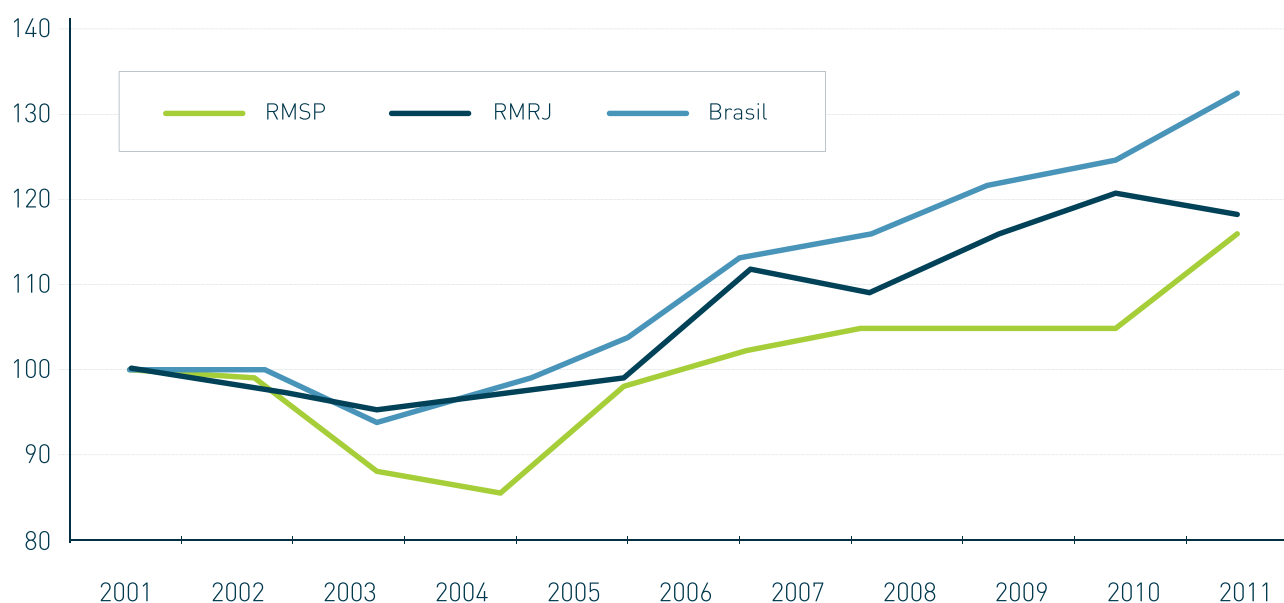
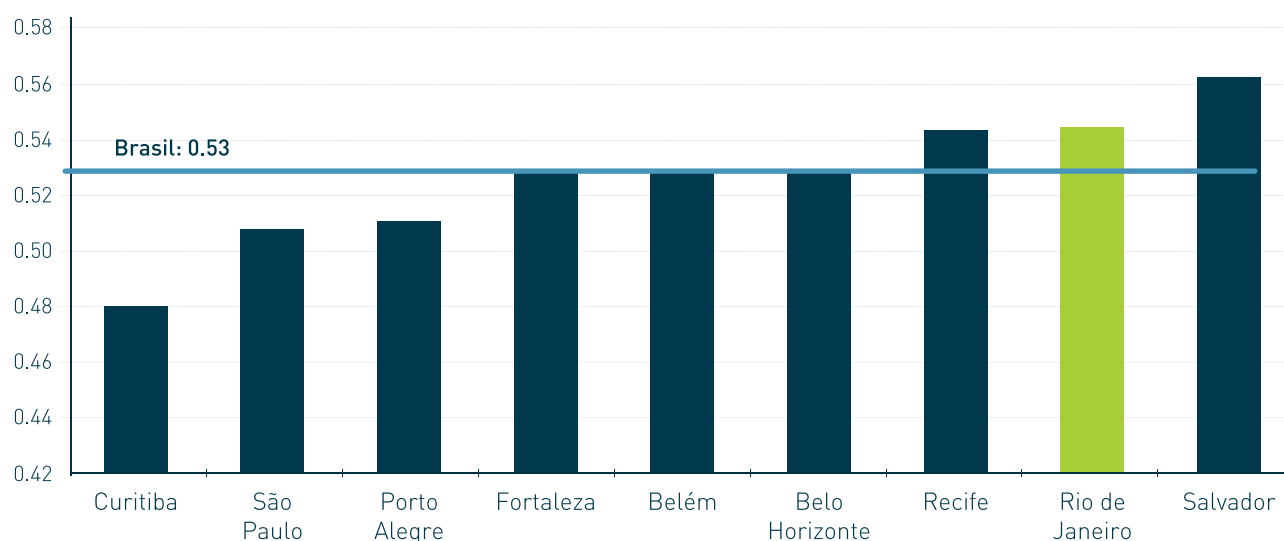


GRÁFICO 3 | RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* (BASE 2001=100) Fonte: IETS, com base nos dados da PNAD/IBGE.



A distribuição da renda *per capita* na RMRJ é a segunda mais desigual das nove Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. O Coeficiente de Gini⁴ é de 0,54, superior ao do Brasil (0,53) e inferior apenas ao da Região Metropolitana de Salvador.

GRÁFICO 4 | COEFICIENTE DE GINI – REGIÕES METROPOLITANAS E BRASIL - 2011 Fonte: IETS, com base nos dados da PNAD/IBGE.



A trajetória das metrópoles na redução da desigualdade revela que a RMRJ avança, mas não o suficiente para se equiparar às outras regiões ou de modo a ampliar sua distância em relação ao Brasil e à RMSP, conforme pode ser visto no Gráfico 5. Entre 2001 e 2011, a queda da desigualdade da RMRJ foi de 5,1%, menos da metade da queda da desigualdade da RMSP (10,8%) e da brasileira (11,1%). Entre as nove metrópoles cobertas pela PNAD, a RMRJ foi a que apresentou menor redução da desigualdade, exercendo forte influência sobre o ritmo mais lento de diminuição das desigualdades no estado do Rio de Janeiro.

4. Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade de renda que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade de renda.

GRÁFICO 5 | COEFICIENTE DE GINI: 2001 A 2011 Fonte: Estimativas produzidas pelo IETS, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), exceto área rural da região Norte.

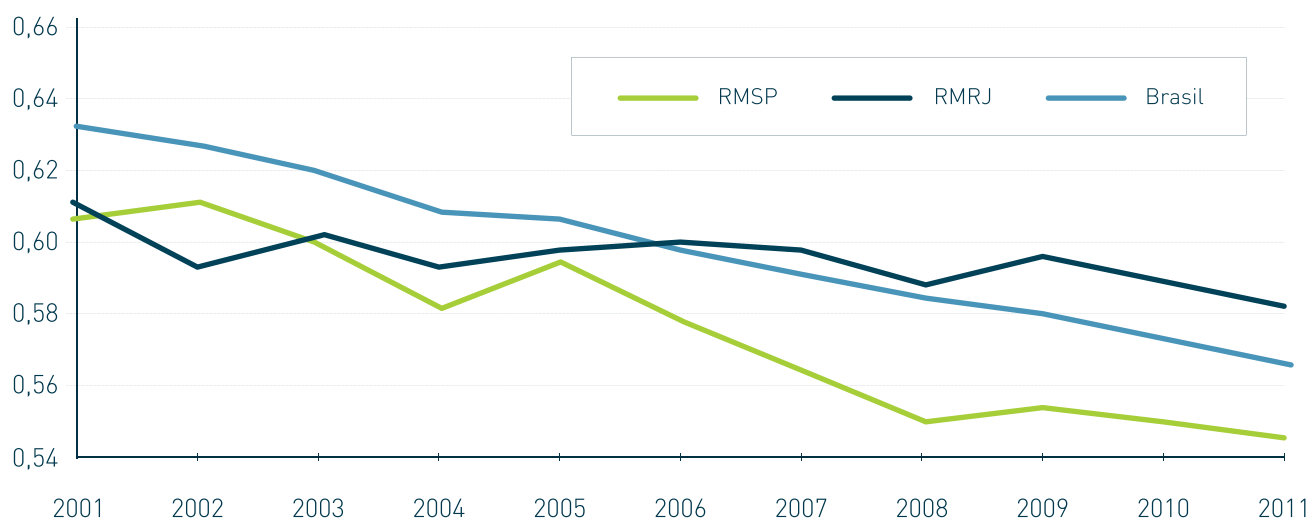
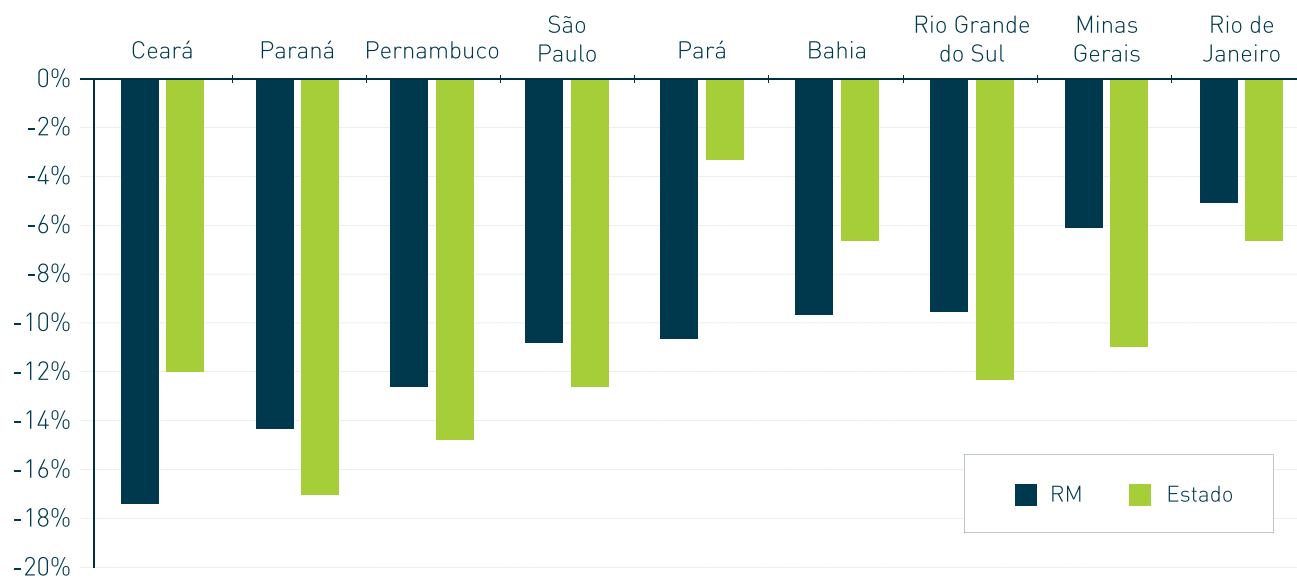


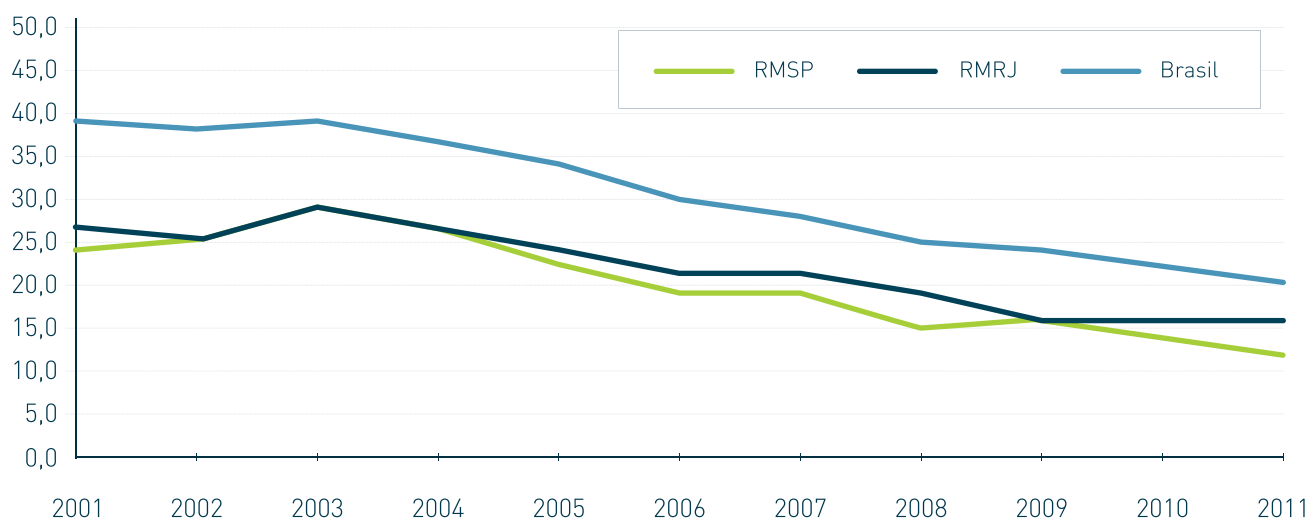
GRÁFICO 6 | VARIAÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI ENTRE 2001 E 2011 Fonte: PNAD/IBGE.



A combinação de desaceleração do crescimento da renda com avanços lentos na redução das desigualdades resultou na diminuição mais tímida do número de pobres na metrópole fluminense.⁵ A redução do percentual de pobres na RMRJ, entre 2001 e 2011, foi de 40%, percentual inferior ao do Brasil (47%) e da RMSP (49%). No período mais recente, de 2009 a 2011, como pode ser visto no Gráfico 7, a RMRJ mostrou estabilidade nesse percentual, em 16,4%, enquanto na metrópole paulista houve redução de 15,9% para 12%.

5. As linhas de pobreza utilizadas são regionalizadas: RMRJ (R\$ 252); área não metropolitana urbana do Rio de Janeiro (R\$ 214); área não metropolitana do Rio de Janeiro (R\$ 192); RMSP (R\$ 253); área não metropolitana urbana de São Paulo (R\$ 224); área não metropolitana rural de São Paulo (R\$ 183).

GRÁFICO 7 | PORCENTAGEM DE POBRES: 2001 A 2011 Fonte: Estimativas produzidas pelo IETS, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), exceto área rural da região Norte.



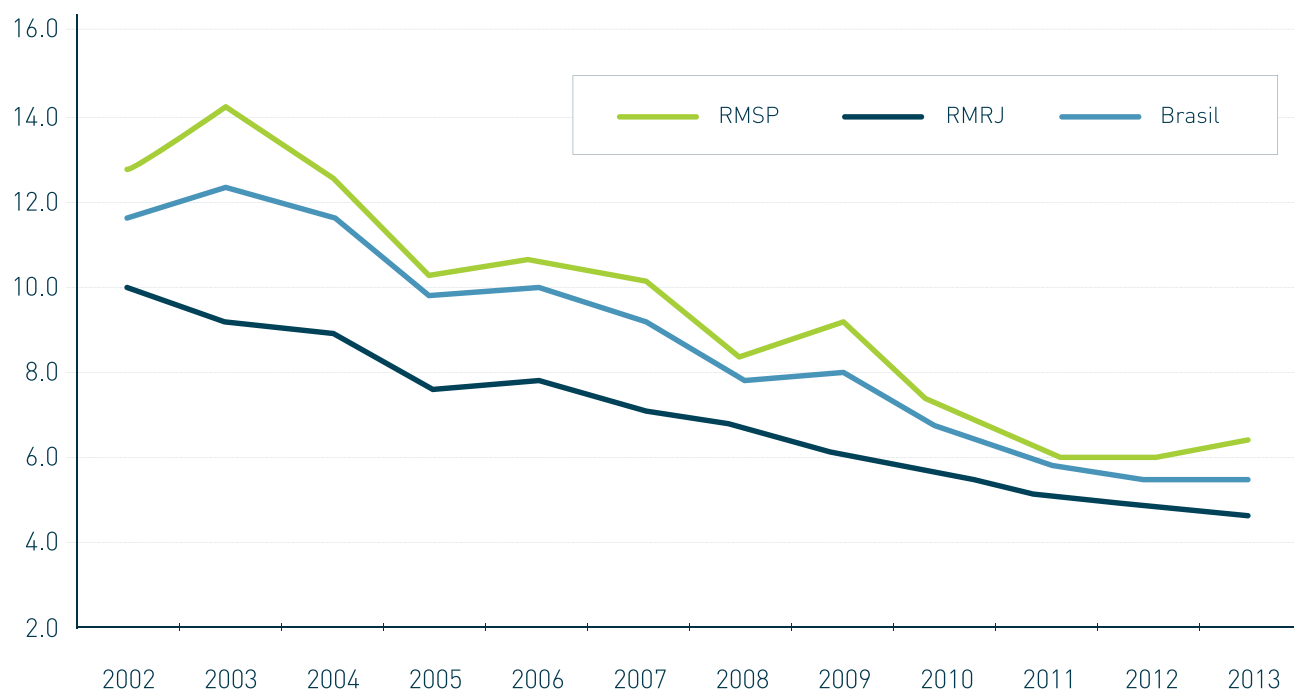
MERCADO DE TRABALHO

Considerando os determinantes mais imediatos da renda *per capita*, de acordo com Barros e Pero (2010), a diferença do Rio de Janeiro em relação a estados mais bem-sucedidos no combate à pobreza, como Santa Catarina, é explicada pelo acesso ao trabalho. Neste sentido, analisamos os principais indicadores para avaliar as condições de trabalho e renda na RMRJ relativamente a São Paulo e à média brasileira.⁶

A RMRJ está em posição mais favorável em alguns indicadores. Esse é o caso da taxa de desocupação, inferior à do Brasil e à da Região Metropolitana de São Paulo. Com uma taxa de 4,8% na média do primeiro trimestre de 2013, a RMRJ tem o terceiro menor desemprego entre as seis RMs da PME, depois de Porto Alegre e de Belo Horizonte. Porém, a RMRJ tinha a menor taxa de desemprego das regiões metropolitanas da PME no início do período e teve a menor redução do desemprego da última década.

6. Vale destacar também que 2/3 da queda da desigualdade recente é explicada pela diminuição da desigualdade na renda do trabalho, conforme pode ser visto em Barros, Foguel e Ulyssea (2006).

GRÁFICO 8 | TAXA DE DESOCUPAÇÃO Fonte: PME/IBGE. Para o ano de 2002, a média foi calculada utilizando-se os meses de março e dezembro. Para 2013, foi utilizada a média do primeiro semestre.



Vale ressaltar que esse desempenho é influenciado pela menor pressão da oferta de trabalho, característica peculiar do Rio de Janeiro. A taxa de participação, medida pela proporção entre População Economicamente Ativa (PEA) e População em Idade Ativa (PIA), é de 54,9% na metrópole fluminense - a segunda menor dentre as seis RMs consideradas pela PME/IBGE, e abaixo, inclusive, da taxa de participação brasileira (57,2%).⁷

A baixa taxa de participação na RMRJ tem relação com a situação dos jovens. Conforme a Tabela 1, os jovens de 18 a 24 anos na RMRJ participam menos do mercado de trabalho do que nas outras regiões metropolitanas do Sudeste. Por um lado, a frequência à escola é maior (34%, contra 26% na RMSP), mas há também maior ociosidade, representada pelos chamados “nem nem nem”, jovens que não trabalham, não estudam e não procuram trabalho. Esse percentual é de 17% na RMRJ, superior inclusive à média brasileira (15,5%). Além disso, o desemprego dos jovens é maior na RMRJ.

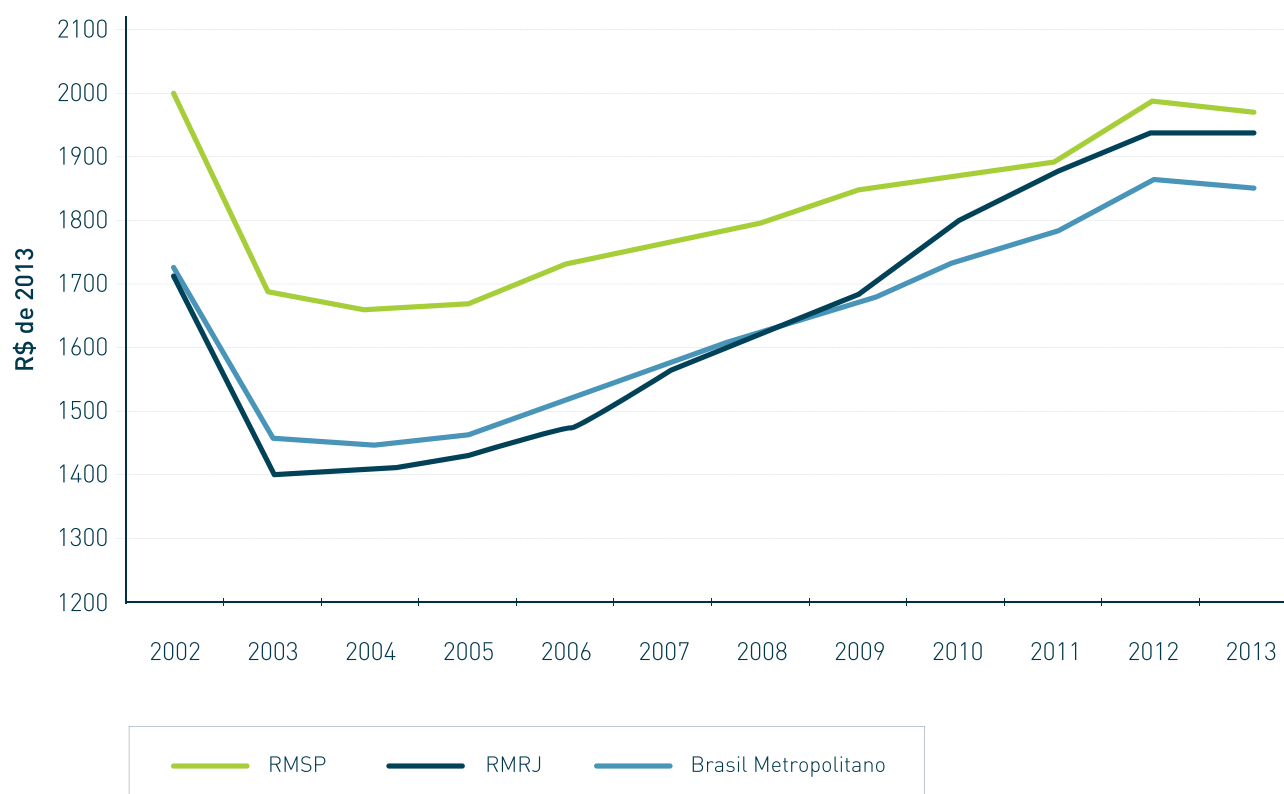
⁷ A menor taxa de participação no mercado de trabalho do Rio de Janeiro ocorre para homens e mulheres e para todas as faixas etárias, principalmente entre os mais jovens.

TABELA 1 | INDICADORES DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS - 2011 Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

INDICADORES	BRASIL	RMRJ	RMBH	RMSP
Frequência à escola (%)	30,5	33,9	28,6	26,0
Taxa de participação (%)	73,0	64,6	78,6	78,8
Taxa de desemprego (%)	15,5	17,9	13,9	13,6
Jovens que não estudam, não trabalham, não procuram emprego (%)	14,6	17,1	11,3	12,9

Os rendimentos médios do trabalho na RMRJ, por sua vez, apresentaram desempenho superior ao da RMSP e do Brasil. Entre 2003 e 2013, os rendimentos dos ocupados na RMRJ cresceram 38%, percentual bastante superior à expansão da RMSP, de 17%, e do Brasil, de 27%. Assim, os rendimentos médios dos ocupados na RMRJ (R\$ 1.939, na média de janeiro a maio de 2013) se aproximaram aos da RMSP (R\$ 1.977).

GRÁFICO 9 | RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS Fonte: IETS, com base na PME/IBGE. Nota: Estimativas considerando o rendimento habitualmente recebido nos meses de janeiro a maio de 2013.



Entretanto, quando se analisa a desigualdade no mercado de trabalho, o quadro é menos favorável. A desigualdade dos rendimentos do trabalho, medida também pelo Coeficiente de Gini, destaca-se como a mais alta entre as RMs brasileiras (Gráfico 10). Em 2003, o Rio de Janeiro tinha a segunda menor desigualdade, perdendo apenas para Porto Alegre, porém, como teve a menor redução na década, passou a ser a região mais desigual em 2013. O Gráfico 11 mostra que, entre 2003 e 2013, a redução do Coeficiente de Gini na RMRJ foi de 5%, menos da metade da redução na RMSP (13%). A partir de 2010, a trajetória da desigualdade da renda do trabalho na RMRJ se distancia da média do Brasil Metropolitano, ficando mais desigual, enquanto a da RMSP fica bem menos desigual.

GRÁFICO 10 | COEFICIENTE DE GINI DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO Fonte: IETS, com base na PME/IBGE. Nota: Estimativas considerando o rendimento habitualmente recebido nos meses de janeiro a maio de 2013.

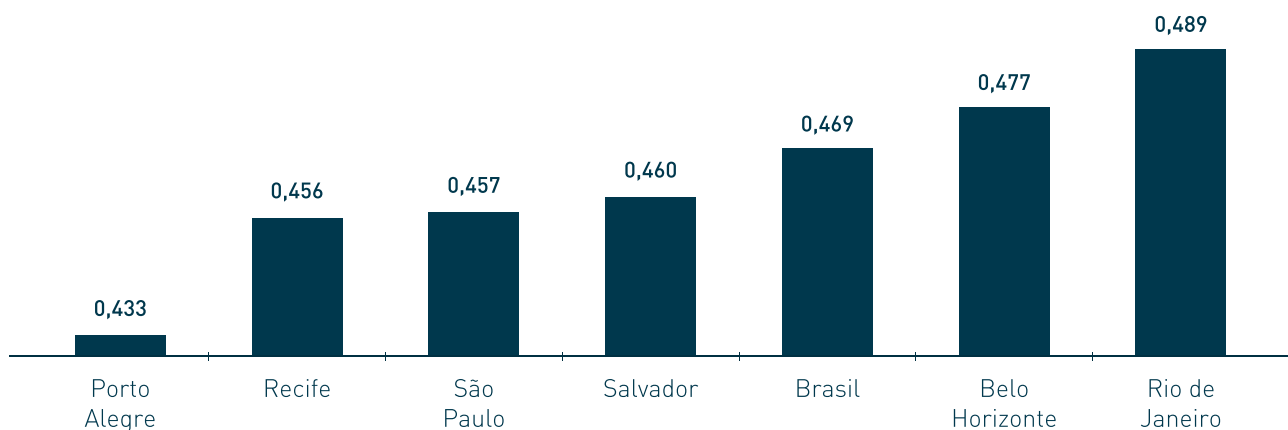
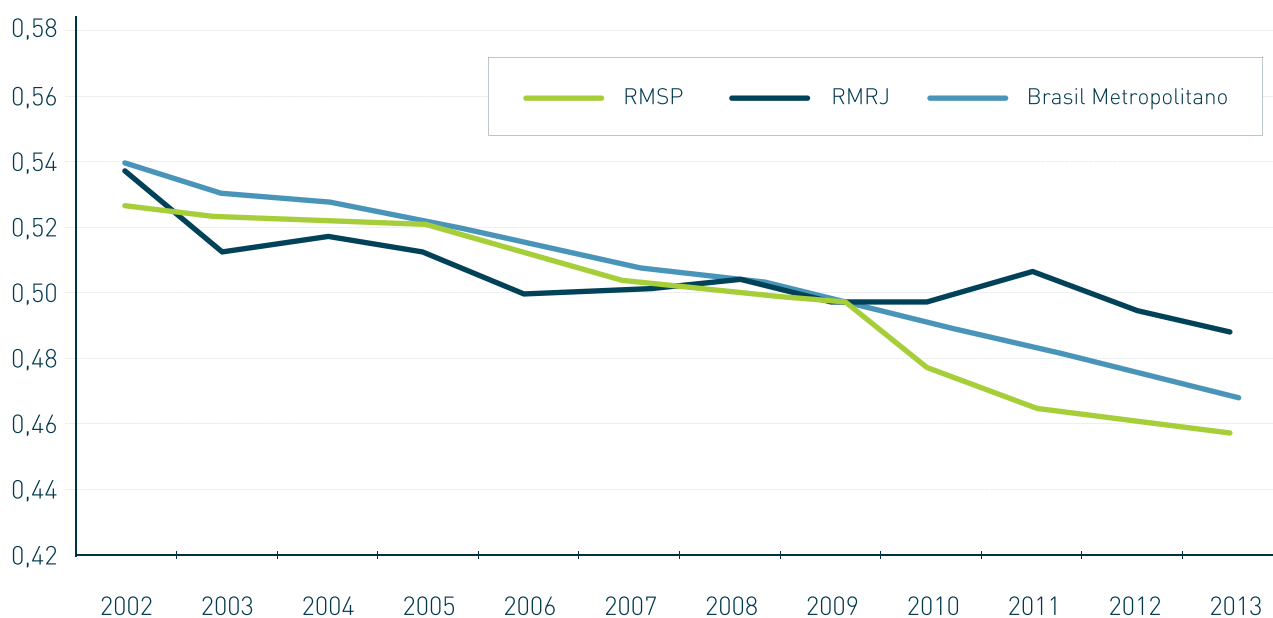
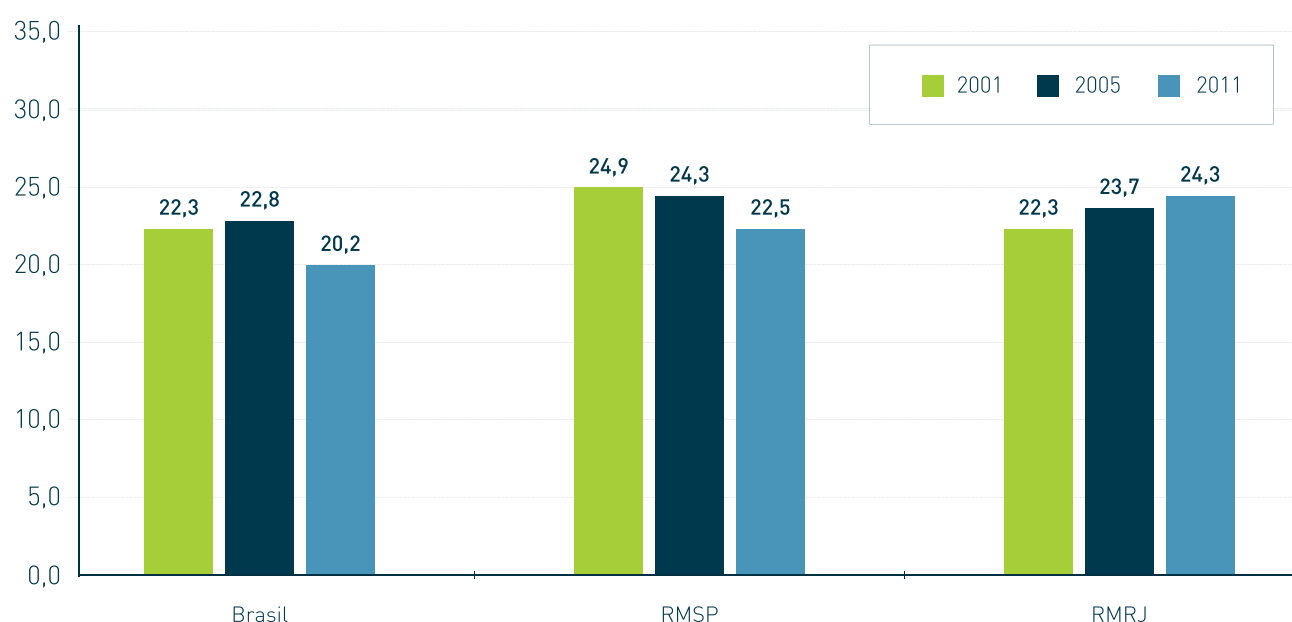


GRÁFICO 11 | COEFICIENTE DE GINI DO RENDIMENTO DO TRABALHO Fonte: PME/IBGE. Nota: Estimativas referentes ao rendimento habitualmente recebido no trabalho principal (média dos 12 meses). Em 2002, foram considerados apenas os meses de março a dezembro e, em 2013, os meses de janeiro a maio.



Uma das possíveis explicações para a persistência da desigualdade de renda nos últimos anos reside na trajetória dos diferenciais salariais por nível educacional no Rio de Janeiro. Os diferenciais salariais por nível de instrução registraram queda expressiva no Brasil e na RMSP na última década, propiciando a redução na desigualdade de rendimentos do trabalho.⁸ Na RMRJ, a diminuição nos retornos à educação só ocorre até o ensino médio. O Gráfico 12 mostra que o diferencial de rendimentos dos ocupados com o ensino superior em relação àqueles com mesmas características observáveis, porém com ensino médio completo, cresce ao longo do tempo na RMRJ, ao contrário do que ocorre na RMSP e no Brasil.

GRÁFICO 12 | DIFERENCIAL SALARIAL (%) DOS OCUPADOS COM O ENSINO SUPERIOR EM RELAÇÃO ÀQUELES COM MESMAS CARACTERÍSTICAS, PORÉM COM ENSINO MÉDIO COMPLETO Fonte: IETS, a partir de dado da PNAD/IBGE.

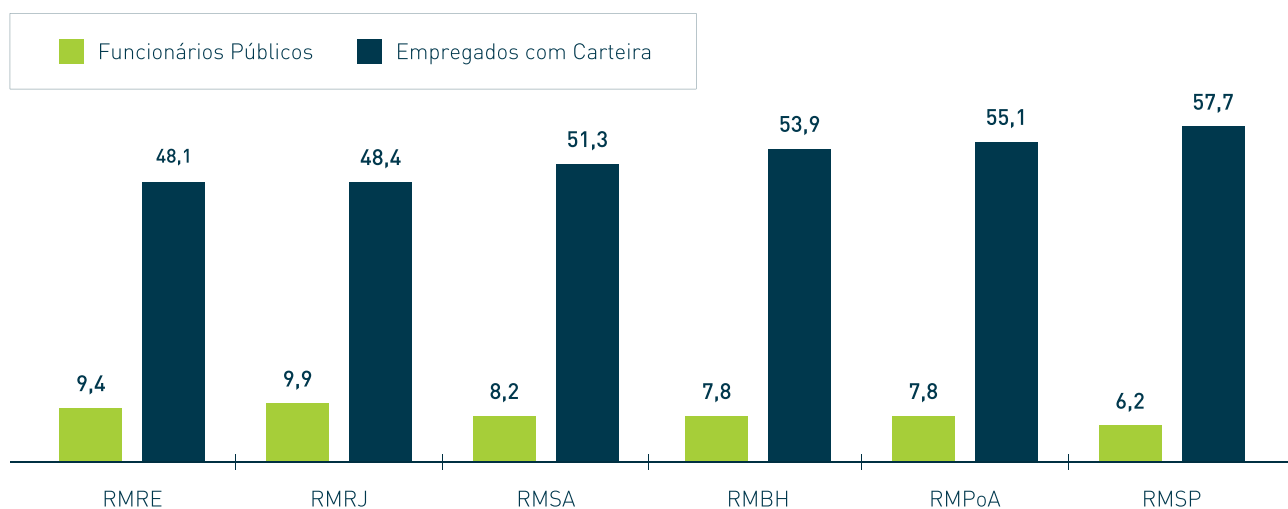


Também pode estar contribuindo para a trajetória da desigualdade na RMRJ a natureza do crescimento do Rio de Janeiro, impulsionado por setores com maior presença de grandes empresas. A participação das micro e pequenas empresas (MPes) no emprego formal e na massa salarial no Rio de Janeiro é mais baixa do que a média brasileira (35% e 22% na RMRJ, contra 42% e 29% no Brasil). O diferencial salarial entre os empregados de micro e pequenas empresas (MPes) e de médias e grandes empresas (MGEs) na RMRJ é de 97%, maior do que no Brasil e na RMSP (68%). Entre 2001 e 2011, os diferenciais na RMRJ ficaram praticamente estáveis.

Outro indicador do mercado de trabalho que coloca a RMRJ em situação menos favorável que outras RMs é o de informalidade. Apesar da expansão do percentual de empregados com carteira assinada na última década, passando de 41%, em 2002, para 49% dos ocupados, em 2013, a RMRJ permanece com um dos menores índices, perdendo apenas para Recife (48%), conforme o Gráfico 13. A RMRJ é a que possui o maior percentual de funcionários públicos, cerca de um a cada dez ocupados. Porém, mesmo somando as duas posições na ocupação, temos um percentual de empregados formalizados no total de ocupados superior apenas ao de Recife.

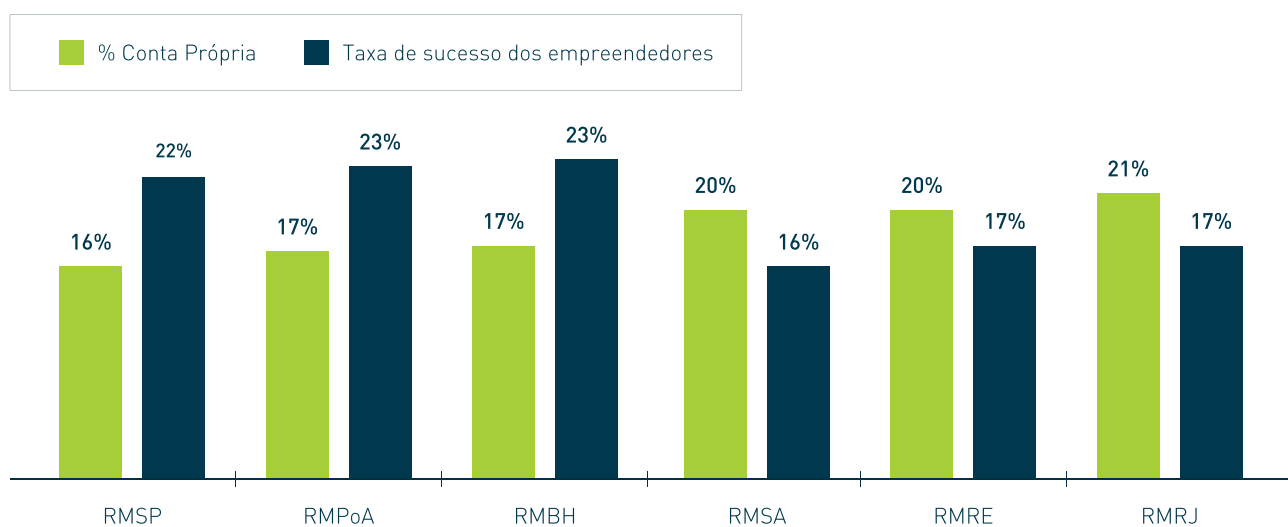
8. Ver Barros, R. et al. (2007).

GRÁFICO 13 | PROPORÇÃO DE EMPREGADOS COM CARTEIRA E DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS NO TOTAL DE OCUPADOS – 2012 Fonte: IETS, com base na PME/IBGE.



Em contrapartida, a RMRJ tem o mais elevado percentual de trabalhadores por conta própria das regiões metropolitanas, chegando a 21% dos ocupados em 2012. Já os empregadores representam apenas 4,4% dos ocupados, percentual superior somente ao das RMs do Nordeste. Com isso, a taxa de sucesso dos empreendedores, medida pela proporção de empregadores no total de empreendedores (conta própria + empregador), fica em 17,3% na RMRJ (a segunda menor entre as RMs), assim como em Recife. A maior é a de Belo Horizonte (23,4%).

GRÁFICO 14 | TAXA DE SUCESSO DOS EMPREENDEDORES – 2012 Fonte: IETS, com base nos dados da PME/IBGE.
OBS: Taxa de sucesso dos empreendedores é medida pela proporção de empregadores em relação aos empreendedores (soma de conta próprias e empregadores).



Além do maior percentual de contas próprias entre os empreendedores, a RMRJ tem uma baixa taxa de formalização, definida pelo percentual de trabalhadores por conta própria e empregadores com CNPJ. Conforme pode ser observado no Gráfico 15, entre as nove regiões metropolitanas pesquisadas, o percentual de trabalhadores por conta própria formalizados na RMRJ só é mais alto do que em Salvador, Belém e Fortaleza. Já a porcentagem de empregadores com registro no CNPJ na RMRJ é superior apenas à verificada em Belém e Fortaleza.

GRÁFICO 15A | PERCENTUAL DE CONTA PRÓPRIA COM CNPJ (%) NAS REGIÕES METROPOLITANAS – 2011

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2001 a 2011.

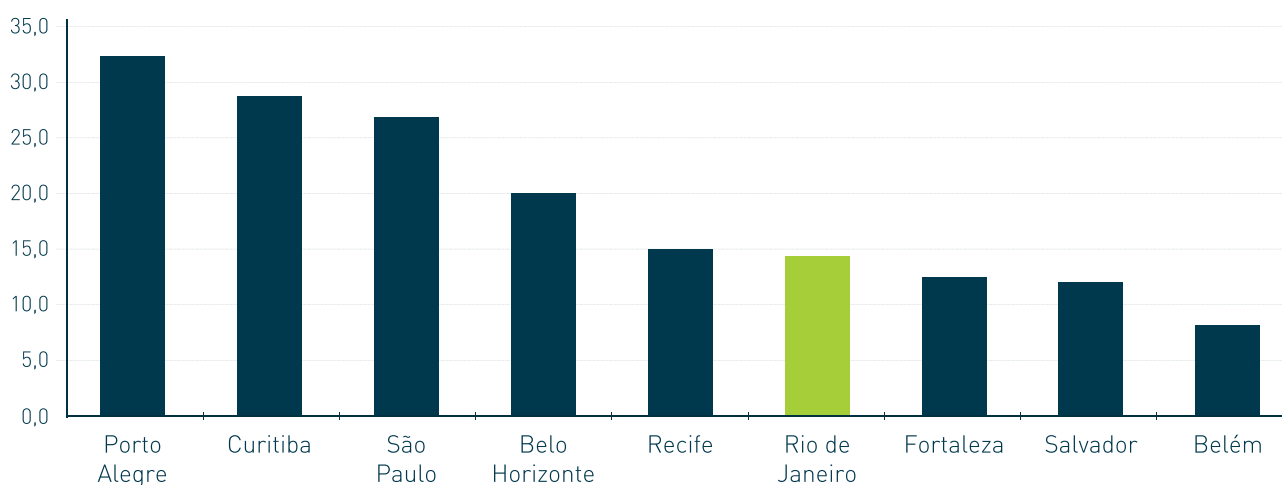
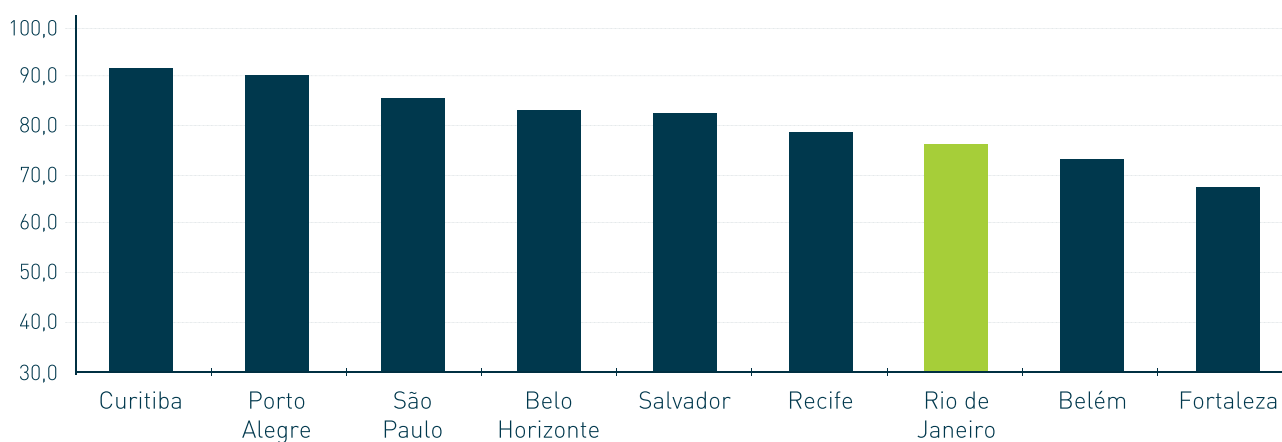


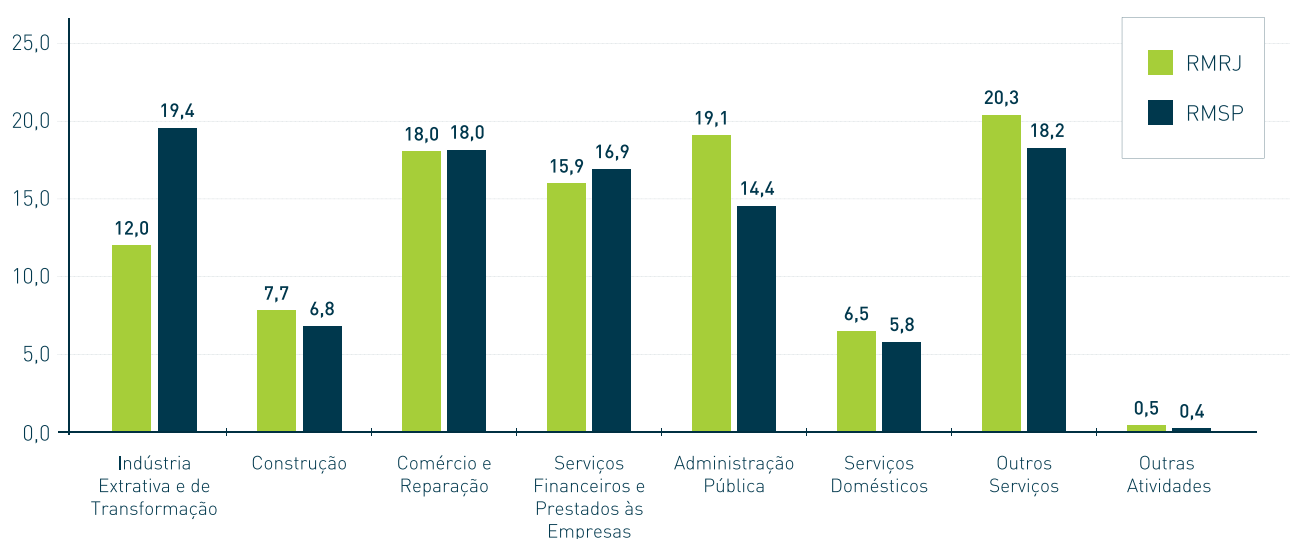
GRÁFICO 15B | PERCENTUAL DE EMPREGADORES COM CNPJ (%) NAS REGIÕES METROPOLITANAS – 2011

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2001 a 2011.



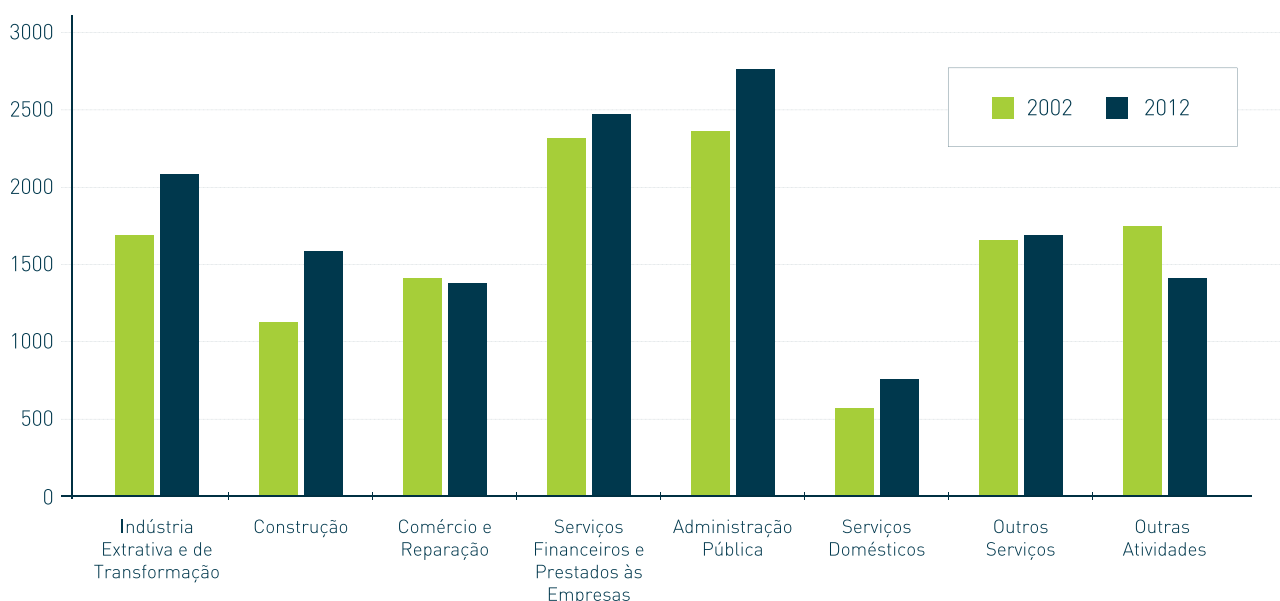
No tocante ao perfil setorial da ocupação, comparada com a RMSP e com o Brasil Metropolitano, a RMRJ destaca-se principalmente pela maior participação da administração pública e pela menor representatividade dos segmentos industriais (Gráfico 16). De fato, o peso da administração pública é o maior das seis regiões metropolitanas da PME, enquanto a participação da indústria só é mais alta do que na região metropolitana de Salvador. Em termos de evolução da composição setorial na última década, destaca-se o crescimento dos serviços (com exceção dos domésticos) e da administração pública e a queda da indústria e do comércio.

GRÁFICO 16 | DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SETOR DE ATIVIDADE - 2012 Fonte: PME/IBGE.



Na análise dos rendimentos na última década (2002-2012) por setor de atividade, nota-se crescimento dos rendimentos da intermediação financeira (7%), administração pública (17%), indústria (24%) e construção (39%). O Gráfico 17 mostra que os serviços domésticos apresentaram um encolhimento no período em termos de número de ocupados e registraram ganhos de renda de 31%. Já os rendimentos nos outros serviços e no comércio, que ocupam relativamente mais trabalhadores de mais baixa escolaridade, permaneceram estáveis, contribuindo em alguma medida para o ritmo lento de diminuição da desigualdade.

GRÁFICO 17 | RENDIMENTO DOS OCUPADOS POR SETOR DE ATIVIDADE NA RMRJ – 2002 E 2012 Fonte: PME/IBGE.

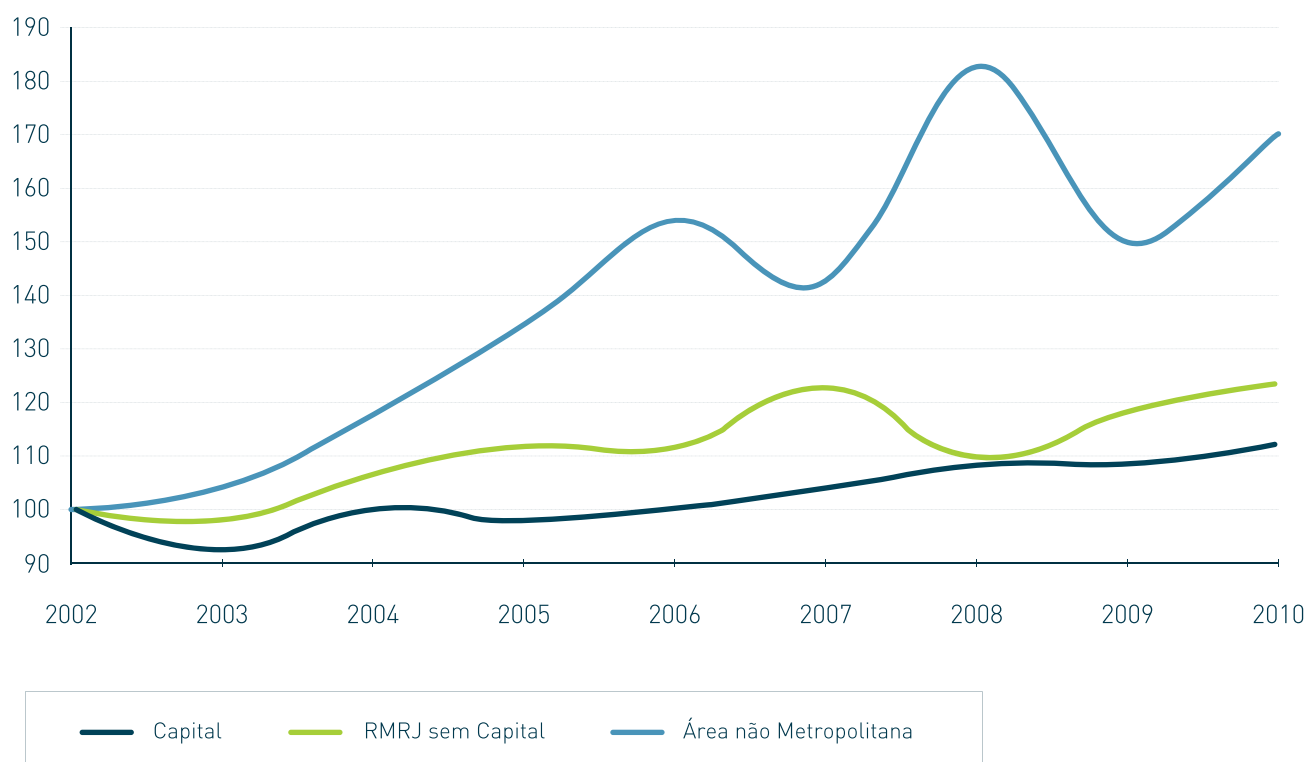


Assim, enquanto no início dos anos 2000 a “encrenca metropolitana” era das grandes metrópoles do Rio e de São Paulo, em 2011 os problemas da informalidade e da pobreza parecem persistir mais na metrópole fluminense. Isso ocorre em função de um ritmo mais lento na redução da desigualdade de renda, em que a RMRJ vai aos poucos perdendo a sua posição e se descolando da trajetória da média brasileira e da RMSP.

Esta evidência torna ainda mais complexa a busca por soluções dentro do ERJ e seus recortes territoriais (RMRJ, Capital, RMRJ sem capital e Área não metropolitana), tão díspares em termos de desenvolvimento. Compreender estas especificidades territoriais é fundamental para encontrarmos caminhos rumo a um estado próspero e mais justo e será o foco da próxima seção.

A DESIGUALDADE TERRITORIALIZADA: CAPITAL E PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A análise do crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro pela ótica de seus distintos recortes territoriais – Capital, RMRJ sem a capital (periferia) e Área não metropolitana (interior) – mostra desempenhos bastante diferenciados. Como pode ser visto no Gráfico 18, de 2002 a 2010, o PIB do Município do Rio de Janeiro cresceu 1,5% a.a., enquanto os demais municípios da RMRJ (exceto a capital) e a área não metropolitana cresceram, respectivamente, 2,9% e 8,8% no mesmo período.

GRÁFICO 18 | EVOLUÇÃO DO PIB (R\$ DE 2000) Fonte: IETS, com base nos dados do Ipeadata.

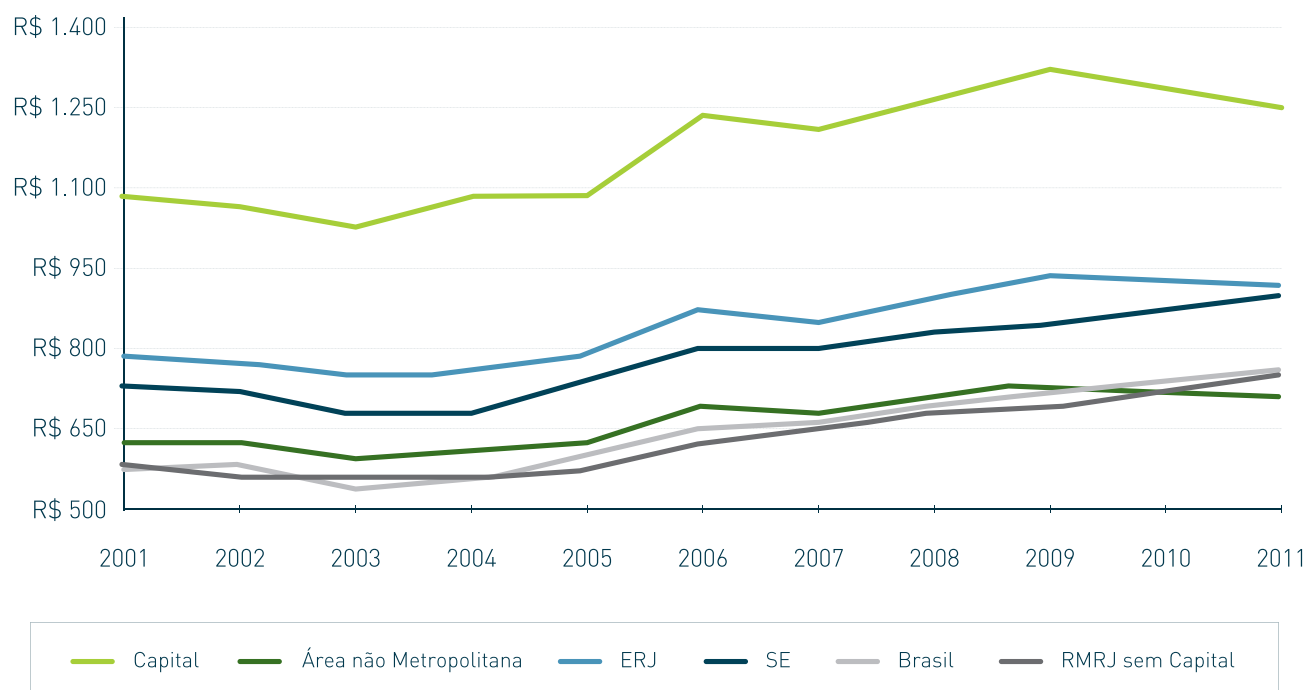
A trajetória da atividade econômica na área não metropolitana está relacionada à presença das atividades petrolíferas. Dentre as seis mesorregiões do ERJ, o Norte Fluminense apresentou a maior taxa de crescimento no mesmo período (11,4% a.a.), seguido do Sul Fluminense (9%a.a.), onde a influência da indústria automobilística vem crescendo nos últimos anos. Noroeste Fluminense foi a região que menos cresceu (2,6%a.a.).

Enquanto a periferia e o município do Rio de Janeiro têm o setor de serviços como atividade majoritária, com 70% e 66% do valor adicionado, respectivamente, a composição setorial do produto é mais equilibrada no interior: entre 2002 e 2009, 52% do PIB adveio da indústria e 39% do setor de serviços, em média.

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

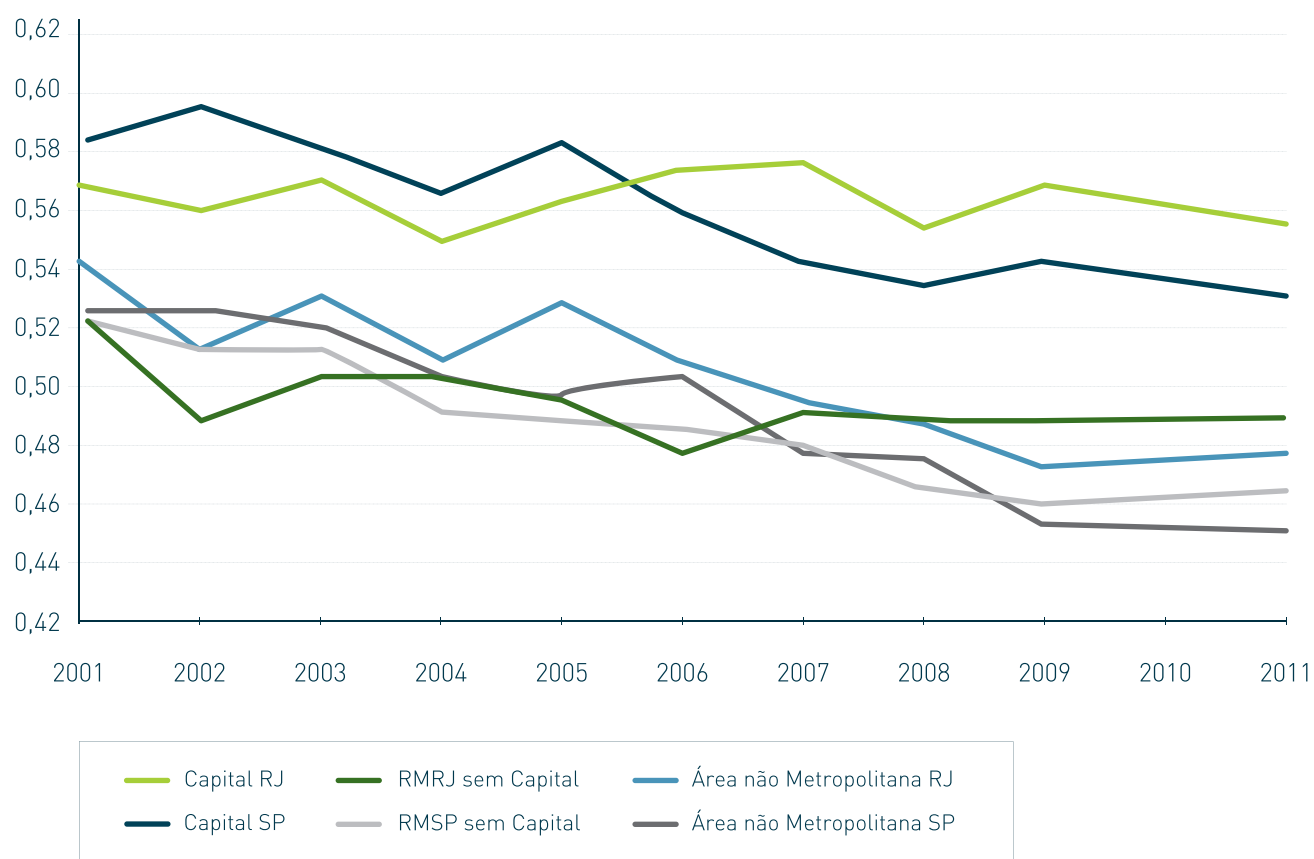
No Rio de Janeiro, há uma grande disparidade entre a renda média na capital, na periferia e no interior do estado, como pode ser visto no Gráfico 19. Enquanto a renda domiciliar *per capita* da capital correspondeu a R\$ 1.260 em 2011, bastante acima da observada na região Sudeste (R\$ 903), a do interior (R\$ 712) e a da periferia (R\$ 749) ficaram abaixo da média nacional (R\$ 763).

GRÁFICO 19 | EVOLUÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (R\$ DE 2011) Fonte: IETS, com base nos dados da PNAD/IBGE.



A persistência da desigualdade de renda na região metropolitana deve-se, sobretudo, ao comportamento da capital. Entre 2001 e 2011, o Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita* diminuiu de maneira tímida na cidade do Rio e, mais fortemente, no interior do estado (Gráfico 20). Desse modo, o interior passou a ser menos desigual do que os municípios da periferia da região metropolitana a partir de 2008.

Na comparação com o estado de São Paulo, há menores reduções do Coeficiente de Gini em todos os recortes regionais do ERJ, sobretudo na capital e na RMRJ sem a capital, conforme pode ser visto no Gráfico 20. A capital do Rio era menos desigual do que a de São Paulo no início do período analisado e passou a ser mais desigual. As áreas não metropolitanas de ambos os estados, por sua vez, foram as que mais reduziram o índice, além de apresentarem níveis mais baixos de desigualdade. Apesar disso, São Paulo apresentou maiores diminuições do Coeficiente de Gini no seu interior e também na RMSP (exceto capital), enquanto no ERJ a desigualdade estagnou na RMRJ (exceto capital) e, inclusive, aumentou na área não metropolitana de 2009 a 2011. Nos três recortes, o Rio de Janeiro tem desigualdade superior à de São Paulo.

GRÁFICO 20 | EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI Fonte: IETS, com base nos dados PNAD/IBGE.

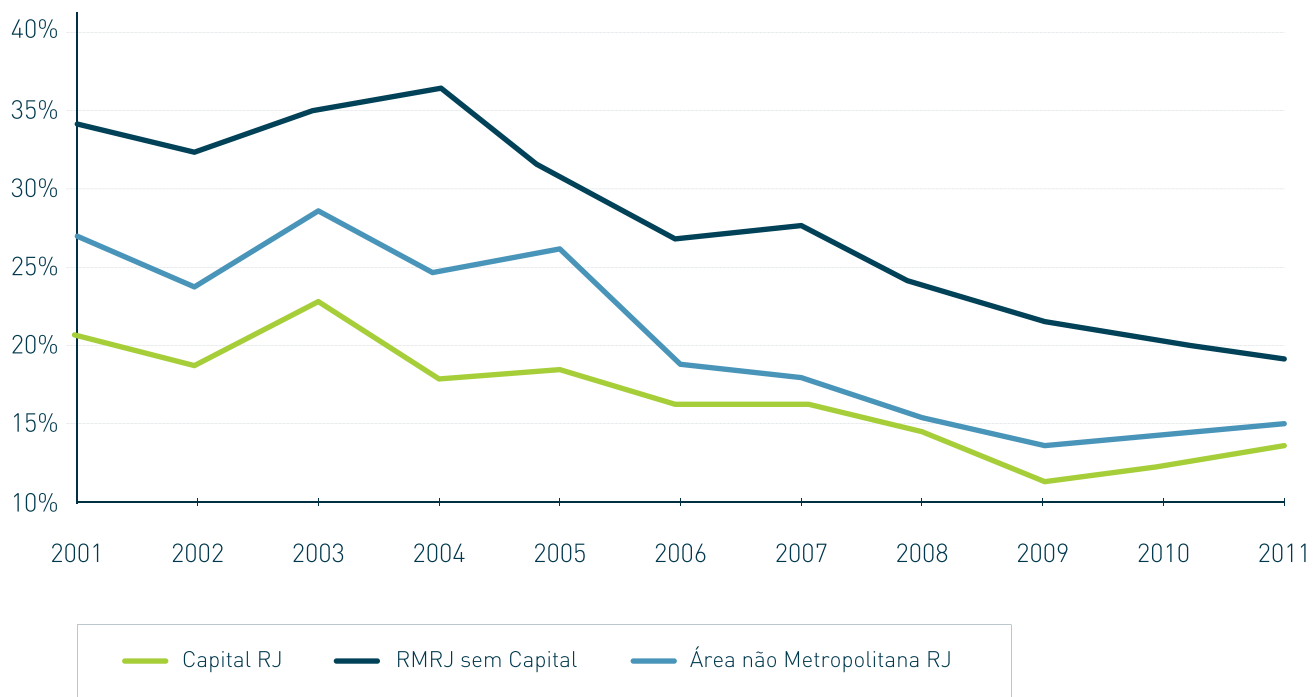
Analisando o período como um todo, verifica-se uma diminuição do percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza⁹, sendo menos intensa na capital do ERJ. Entre 2009 e 2011, no entanto, o decréscimo da renda, conjugado ao aumento da desigualdade, levou a um aumento no percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza no interior do Rio, assim como na capital. Dessa forma, o Gráfico 21 mostra que a trajetória de queda da pobreza desde 2005, em ambos, foi interrompida.

Ainda assim, em 2011, o percentual de pobres no município do Rio de Janeiro (13,5%) foi inferior ao da área não metropolitana (15%) e da periferia da RMRJ, que registra maior percentual (19%). De fato, a periferia da região metropolitana concentrou 44% dos pobres do Rio de Janeiro em 2011, enquanto a capital respondeu por 30% da pobreza no estado e o interior pelos 26% restantes.

No estado de São Paulo, a periferia também registra o maior percentual de pobres (13,2%), mas em seguida vem a capital (11,1%) e a área não metropolitana possui menor percentual de pobres (8,7%). As periferias das regiões metropolitanas de ambos os estados lideram, portanto, a concentração de pobreza, embora no caso do Rio de Janeiro a capital seja a área com menor percentual de pobres.

9. A linha de pobreza é regionalizada da seguinte forma: RMRJ (R\$ 252); área não metropolitana urbana do Rio de Janeiro (R\$ 214); área não metropolitana rural do Rio de Janeiro (R\$ 192); RMSP (R\$ 253); área não metropolitana urbana de São Paulo (R\$ 224); área não metropolitana rural de São Paulo (R\$ 183).

GRÁFICO 21 | EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA Fonte: IETS, com base nos dados da PNAD/IBGE.



Esses indicadores mostram que a capital do Rio, embora ostente uma renda média elevada, tem freado a queda da desigualdade de renda do estado. A diminuição da pobreza também foi mais lenta e, em 2011, o percentual de pobres da cidade se aproximou ao das outras áreas do estado. Apesar da periferia da RMRJ ter diminuído mais a pobreza recentemente, ainda registra o índice mais elevado do estado. Na próxima seção, será investigado como as condições de renda foram afetadas pelas especificidades do mercado de trabalho em cada um dos três recortes territoriais do estado.

MERCADO DE TRABALHO

A população economicamente ativa do ERJ segue a distribuição da população: 40% vive na cidade do Rio de Janeiro, 34% na periferia da RMRJ e 26% no interior. Quase 40% dos desempregados vivem na periferia da RMRJ, 1/3 deles mora na capital e 27% são do interior, segundo a PNAD/IBGE de 2011.

A capital e a periferia da RMRJ possuem taxas de atividade¹⁰ baixas e similares à taxa do estado, de 62%. A taxa do interior é um pouco maior (1 p.p. a mais). O estado de São Paulo apresenta taxas de participação também similares entre si, porém superiores às do ERJ em todas as regiões: 68% na capital e RMSP (sem a capital) e 67% no interior. Assim, a maior diferença na taxa de participação em relação a São Paulo está na capital e na periferia da região metropolitana (ambas com diferença de 6 p.p.) e a menor diferença no interior (3 p.p.).

¹⁰. A taxa de atividade ou de participação no mercado de trabalho é definida pela razão entre PEA [População Economicamente Ativa] e PIA [População em Idade Ativa].

A taxa de desemprego da RMRJ (8%), por sua vez, é reduzida pela baixa desocupação na capital (6,7%)¹¹. O maior nível de desemprego está na periferia da região metropolitana, 9,7%, seguida do interior com 8,7%, conforme pode ser visto na Tabela 2.

A tendência de queda do desemprego observada no estado, desde 2005, é também verificada no município e na periferia da RMRJ, porém não é observada no interior. Desde 2007, a taxa de desemprego se manteve estável no interior, sendo que, em 2011, sobe levemente. Assim, o interior, que tinha um desemprego menor do que a região metropolitana, passou a ter proporcionalmente mais desempregados em 2011.

TABELA 2 | RESUMO DOS INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO - 2011 Fonte: IETS, com base nos dados da PNAD/IBGE.

	ESTADO	INTERIOR	PERIFERIA	CAPITAL
Taxa de Desemprego	8,2%	8,7%	9,7%	6,7%
% Empregados com Carteira	48,8%	44,7%	47,9%	52,1%
% Conta Própria	20,9%	19,7%	23,3%	19,8%
Taxa de Sucesso dos Empreendedores	12,8%	12,4%	10,9%	14,7%
% de Conta Própria com CNPJ	15,2%	18,2%	13,7%	17,5%
% de Empregador com CNPJ	77,2%	80,0%	71,5%	83,9%
Remuneração Média do Trabalho	R\$ 1.477	R\$ 1.136	R\$ 1.247	R\$ 1.923

Diferentemente do ERJ, o interior de São Paulo possui a menor taxa de desemprego dentre todos os recortes territoriais do estado (6,8%, em 2011), embora também tenha apresentado menor redução desta taxa desde 2001 (redução de 2,5 p.p.). A periferia da região metropolitana paulista, assim como a do ERJ, foi a que mais avançou em termos de redução da taxa de desemprego (- 6,9 p.p.), à frente da capital de São Paulo (- 4,9 p.p.).

A maior intensidade na redução do desemprego tanto na capital quanto na periferia da RMSP, aliada à redução menos intensa na área não metropolitana, levou a uma convergência das taxas de desemprego a níveis muito próximos (7,1% na capital; 7,3% na periferia da região metropolitana e 6,8% no interior). Nota-se que as diferenças de taxa de desemprego entre as áreas do ERJ são bem maiores, chegando a dois pontos percentuais entre a capital e a periferia da região metropolitana.

No que se refere à posição na ocupação, houve aumento generalizado da proporção de empregados com carteira de trabalho assinada, embora consideravelmente mais baixa na área não metropolitana do Rio de Janeiro. Apenas 45% dos ocupados são empregados formais no interior; já na periferia da RMRJ e na capital, 48% e 52% dos trabalhadores, respectivamente, possuíam carteira assinada em 2011.

¹¹ A taxa de desemprego na RMRJ aferida pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE), em 2011, foi de 5,2% e tem mantido a trajetória de queda iniciada em 2006. Assim, em abril de 2013, chegou a 4,2%, a segunda menor entre as seis maiores regiões metropolitanas, depois de Porto Alegre. Foi a menor taxa de desocupação de abril desde o início da série em março de 2002.

De forma complementar, a participação do emprego sem carteira diminuiu na capital, na periferia e no interior na última década. Em outras palavras, a Tabela 2 mostra que, em 2011, 21% dos empregados na área não metropolitana eram informais, assim como 18% na periferia e 15% na capital.

Na comparação com o estado de São Paulo, vimos na seção metropolitana que o ERJ mostrou uma expansão da formalização – medida pelo percentual de empregados com carteira – inferior ao do estado paulista, que, em 2011, atingiu 56,6% (no ERJ, foi 48,8%). A superioridade deste percentual, em nível e expansão entre 2001 e 2011, ocorreu em todos os recortes regionais de São Paulo (capital, periferia e interior). Vale destacar o desempenho positivo do interior paulista, com alta de 11 p.p. neste período, tendo atingido 55,8% em 2011. Além disso, no estado paulista, estes percentuais são mais parecidos entre si (57,7% na capital, 57% na periferia da RMSP e 55,8% no interior), ou seja, há menores desigualdades entre territórios do estado também no que tange à qualidade dos postos de trabalho, medida pelo grau de formalização do emprego.

O percentual de funcionários públicos entre os ocupados, por sua vez, mostrou maior expansão de 2001 a 2011 (1,6 p.p.) e maior nível (9,3%) neste último ano no interior do ERJ. A capital mostrou estabilidade neste percentual, em 8,6%, enquanto a periferia da RMRJ atingiu 6,3%.

Assim como no estado como um todo, entre 2001 e 2011, houve diminuição da participação dos empreendedores na ocupação total, tanto dos trabalhadores por conta própria quanto dos empregadores. Em termos de composição, os trabalhadores por conta própria têm participação mais elevada na periferia (23%) e os empregadores na capital (3,4%). A menor taxa de sucesso dos empreendedores está na periferia da região metropolitana, onde somente 10,9% dos empreendedores são empregadores. Esse percentual correspondeu a 12,4% no interior e 14,7% na capital.

Além do menor percentual de empregadores entre os empreendedores, a periferia da RMRJ tem a mais baixa taxa de formalização no estado, definida pelo percentual de trabalhadores por conta própria e empregadores com registro no CNPJ. A Tabela 2 mostra que, em 2011, 18% dos autônomos na capital e no interior possuíam registro no CNPJ, enquanto na periferia esse percentual era 14%. Essa diferença também se verifica entre os empregadores com CNPJ: 84% na capital, 80% no interior e 72% na periferia.

Entre 2009 e 2011, vale destacar o aumento da difusão do CNPJ entre os empreendedores, principalmente no interior do estado. Em 2009, apenas 10% dos autônomos e 68% dos empregadores eram formalizados, enquanto, em 2011, esses percentuais alcançaram patamares (18% e 80%) comparáveis ao interior do Paraná, um dos estados com maiores níveis de formalização do país, segundo a PNAD/IBGE.

A capital possui os mais altos percentuais de empreendedores com CNPJ entre os três recortes territoriais do estado. Porém, o esforço de formalização foi concentrado nos empregadores, uma vez que o percentual de trabalhadores por conta própria com CNPJ diminuiu entre 2009 e 2011. A formalização entre os autônomos no município do Rio de Janeiro ainda é extremamente baixa e encontra-se 11 p.p. abaixo da verificada na cidade de São Paulo, como pode ser visto no Gráfico 22.

GRÁFICO 22 | PERCENTUAL DE CONTA PRÓPRIA E EMPREGADORES COM CNPJ (%) – 2009 E 2011 Fonte: Estimativas produzidas pelo IETS, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).



Em relação à composição setorial do emprego, observa-se um padrão semelhante à do produto: enquanto mais da metade dos ocupados na capital (60%) e na periferia (51%) da RMRJ se concentram no setor de serviços, no interior do estado esse percentual é de 46%. Por outro lado, enquanto na capital a indústria não chega a 10% dos ocupados, no interior e na periferia, respectivamente, 13% e 11% dos trabalhadores estão alocados nesse setor. Já a construção civil, que também não chega a 10% dos ocupados na capital, representa 12% no interior e na periferia.

Assim como a renda domiciliar *per capita*, a remuneração média do trabalho na capital (R\$ 1.924) é superior à periferia (R\$ 1.247), que por sua vez é mais alta do que a observada no interior, (R\$ 1.136). Embora o interior tenha apresentado o maior crescimento anual da renda do trabalho ao longo da década, entre 2009 e 2011, os rendimentos variaram menos no interior do que no Rio de Janeiro como um todo. Consequentemente, a remuneração dos trabalhadores no interior do estado ficou abaixo da média brasileira.

A remuneração média do trabalho no estado de São Paulo é superior à do ERJ em todos os recortes territoriais, sendo R\$2.084 na capital, R\$1.518 na RMSP sem a capital e R\$1.399 na área não metropolitana. Porém, a diferença entre RJ e SP no que se refere à remuneração média do trabalho vem diminuindo de 2001 a 2011 em todas as regiões, com distintas intensidades. Considerando os diferentes territórios dentro do estado e os dados da PNAD/IBGE em 2011, o maior diferencial de remuneração entre Rio e São Paulo está na área não metropolitana (23%) e na área metropolitana exceto capital (22%). O diferencial de renda do trabalho entre as capitais é bem menor (8%) e foi reduzido à metade na década. Significa dizer que, em termos de rendimento do trabalho, o ERJ é mais próximo a São Paulo na comparação de suas capitais, onde se verificou, de 2001 a 2011, a maior redução do diferencial de remuneração.

A amplitude da desigualdade – em se tratando do diferencial salarial por nível de escolaridade – é superior no ERJ em relação ao Sudeste e ao Brasil, e tão maior quanto mais próximo à capital fluminense. O retorno salarial aumenta com escolaridade e é maior na capital do que na periferia e no interior, conforme mostra a Tabela 3.

TABELA 3 | DIFERENCIAL SALARIAL DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 25 ANOS E MAIS POR NÍVEL EDUCACIONAL

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

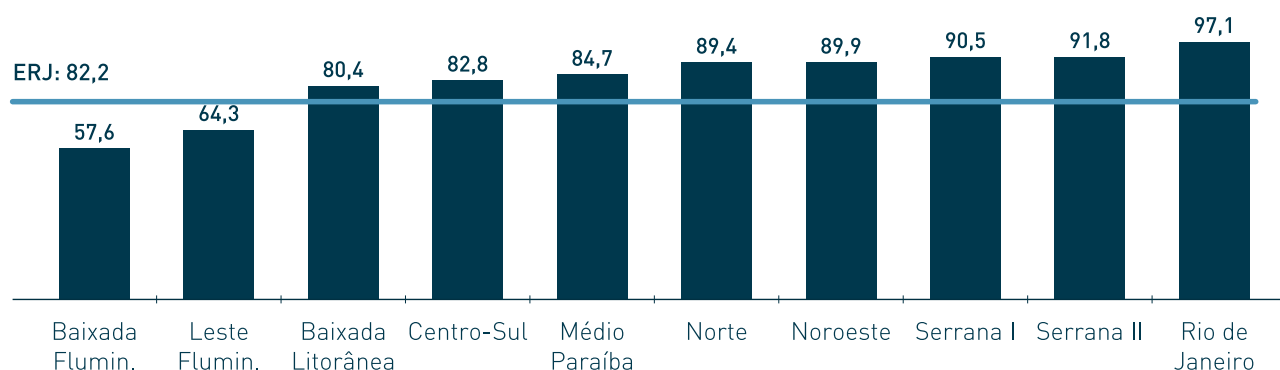
NÍVEL EDUCACIONAL	BRASIL	SUDESTE	SÃO PAULO METROPO-LITANO	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO METROPO-LITANO	RIO DE JANEIRO INTERIOR	RIO DE JANEIRO CAPITAL	RIO DE JANEIRO PERIFERIA
Diferencial Médio	8,3	6,1	5,5	5,5	5,1	6,0	5,7	4,0
Diferencial por Nível								
1º Ciclo Fundamental	8,2	2,7	0,3	0,3	-1,5	4,2	-2,3	-0,6
2º Ciclo Fundamental	5,5	5,1	5,4	5,0	5,2	4,0	5,6	4,3
Ensino Médio	8,7	9,3	7,7	10,7	11,1	9,4	11,9	10,1
Ensino Superior	20,2	19,9	22,5	23,1	24,3	18,0	26,1	18,9

MOBILIDADE URBANA

Dada a aglomeração do emprego na capital e na RMRJ, em que 74% dos ocupados estão na região metropolitana, sendo 41% na capital e 33% espalhados nos municípios da periferia, o tempo despendido na locomoção para o trabalho representa um custo de oportunidade para os fluminenses e um importante componente de sua qualidade de vida. As duas regiões que compõe a periferia da região metropolitana são as que apresentam menor percentual de ocupados no mesmo domicílio, como pode ser visto no Gráfico 23. No outro extremo, na capital apenas 3% se deslocam para outros municípios.

GRÁFICO 23 | PERCENTUAL DE OCUPADOS QUE TRABALHAM NO MESMO MUNICÍPIO DO DOMICÍLIO – 2010

Fonte: IETS, com base no Censo/IBGE.



O tempo médio de deslocamento de casa ao trabalho da RMRJ é semelhante ao da RMSP e cresce ao longo do tempo, sendo de 48 minutos em 2011, o mais alto registro entre as nove regiões metropolitanas consideradas pela PNAD.

Entretanto, há diferenças nos dois estados entre as capitais e as áreas periféricas - em geral, mais afastadas do centro econômico, com transporte público deficitário e maior concentração de pessoas de baixa renda. O tempo médio de deslocamento dos trabalhadores que moram na capital é menor do que aqueles que moram na periferia do Rio de Janeiro. Já em São Paulo ocorre o contrário. Além disso, enquanto o tempo médio de deslocamento vem crescendo nas capitais, na periferia do Rio ficou estagnado entre 2009 e 2011 e, na de São Paulo, registrou queda.

Pode-se olhar também para o percentual de pessoas que leva mais de 1 hora no deslocamento de casa para o trabalho. Esse indicador vem crescendo no Rio de Janeiro e em São Paulo, exceto em suas periferias. No entanto, as regiões adjacentes às capitais possuem as mais altas proporções da população que demora mais de 1 hora no transporte para trabalhar. Como pode ser observado na Tabela 4, a periferia da RMRJ apresentou os mais altos percentuais em 2001 e 2009, mas foi ultrapassada pela cidade de São Paulo em 2011.

TABELA 4 | PERCENTUAL DE PESSOAS QUE LEVA MAIS DE 1H NO DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO Fonte: IETS, com base nos dados da PNAD/IBGE.

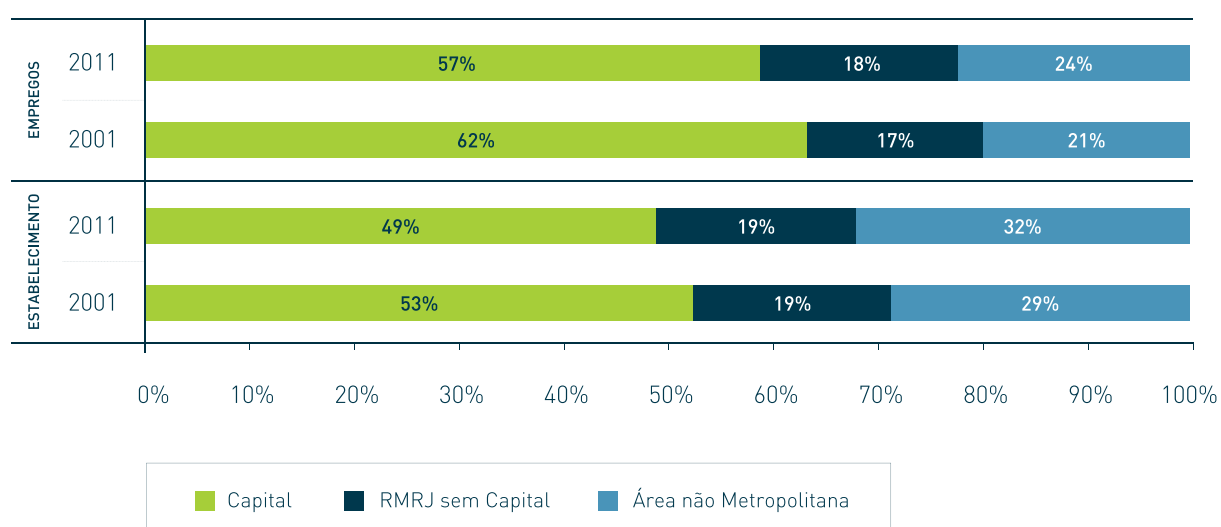
	2001		2009		2011	
	RJ	SP	RJ	SP	RJ	SP
Estado	17	12	17	13	19	14
Área não Metropolitana	7	4	5	5	8	5
RM	21	20	22	23	22	23
RM sem Capital	25	19	27	20	25	18
Capital	18	20	18	25	21	28

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS¹²

Outra forma de evidenciar a concentração territorial da atividade econômica no Rio de Janeiro é olhar para a distribuição dos estabelecimentos e empregos formais no estado. Segundo o Gráfico 24, quase 70% das empresas estão localizadas na RMRJ, sendo 49% na capital.¹³ Os empregos formais estão ainda mais concentrados: $\frac{3}{4}$ deles estão na região metropolitana e 57% no município do Rio de Janeiro. A título de comparação, a área não metropolitana do estado de São Paulo, ao contrário, concentra 70% dos estabelecimentos totais do estado e um percentual de empregos similar ao da capital paulista (36%, sendo 37% na capital). Desta forma, o estado mostra um adensamento produtivo menos concentrado na capital e mais difundido no território, em especial em sua área não metropolitana.

GRÁFICO 24 | DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS FORMAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fonte: IETS, com base nos dados da RAIS/MTE.



12. O porte ou tamanho de empresas foi definido pelo critério de classificação por número de funcionários, utilizada pelo Sistema SEBRAE. Assim, as micro e pequenas empresas (MPEs) compreendem indústrias (de transformação e extrativa mineral) com até 99 funcionários e as empresas agropecuárias, empresas do comércio e empresas dos serviços com até 49 funcionários. Já as médias e grandes empresas (MGEs) são indústrias com 100 ou mais funcionários e empresas agropecuárias, do comércio e do serviço com 50 ou mais funcionários.

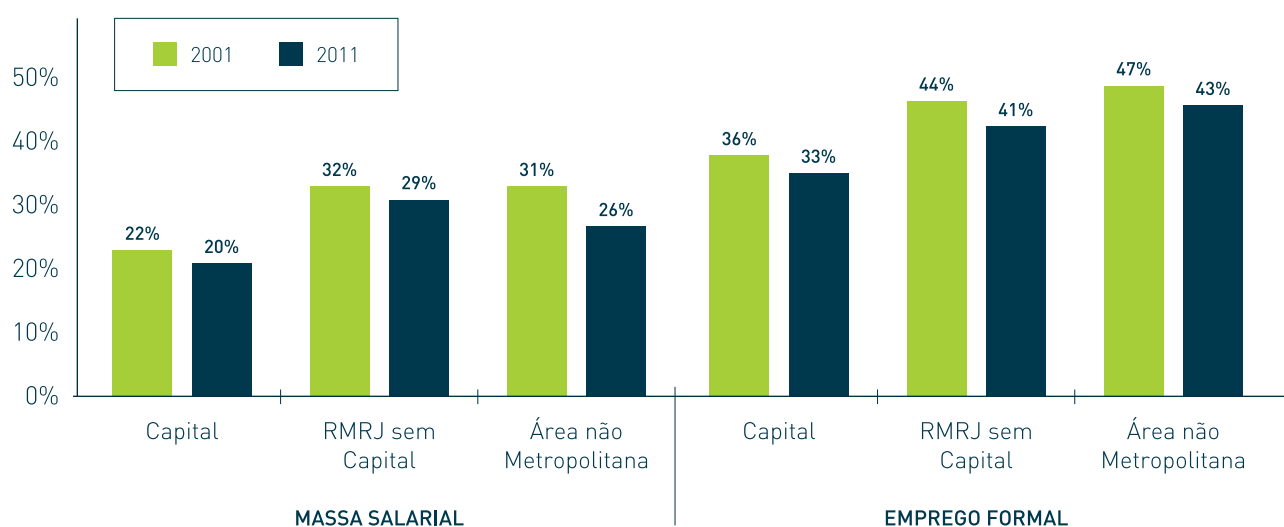
13. Os dados referentes aos estabelecimentos formais não incluem a RAIS negativa.

No ERJ, houve um movimento de descentralização da atividade produtiva entre 2001 e 2011, com redução do peso da capital e concomitante aumento da participação da área não metropolitana nos estabelecimentos e empregos formais do estado. Esse movimento foi mais tímido no estado de São Paulo, cuja estrutura produtiva é menos concentrada territorialmente desde 2001.

Quando analisamos a distribuição de estabelecimentos e emprego por porte de empresa no ERJ, vemos que as MPEs estão distribuídas pelo estado de forma semelhante ao total de estabelecimentos; já o emprego em micro e pequenas empresas é um pouco menos concentrado, o que também ocorre no estado de SP. A proporção de MPEs no total de estabelecimentos se manteve praticamente estável em níveis altos nesse período e correspondeu a 96% no município do Rio de Janeiro, 97% na periferia e 98% no interior do estado em 2011.

Por outro lado, a participação das MPEs no emprego formal e na massa salarial caiu nos três recortes analisados entre 2001 e 2011, representando um aprofundamento da dinâmica de geração de renda e de emprego formal, baseada nas grandes empresas, capitaneado pelo município do Rio de Janeiro. Desde 2001, a capital possui o menor peso de MPEs nos empregos formais e na massa salarial, equivalentes a, respectivamente, 37% e 20% em 2011 – o último percentual abaixo da média nordestina (22%). Mesmo com a queda observada na década, esses indicadores estão próximos da média da região Sudeste na periferia (41% e 30%) e no interior do estado (43% e 26%).

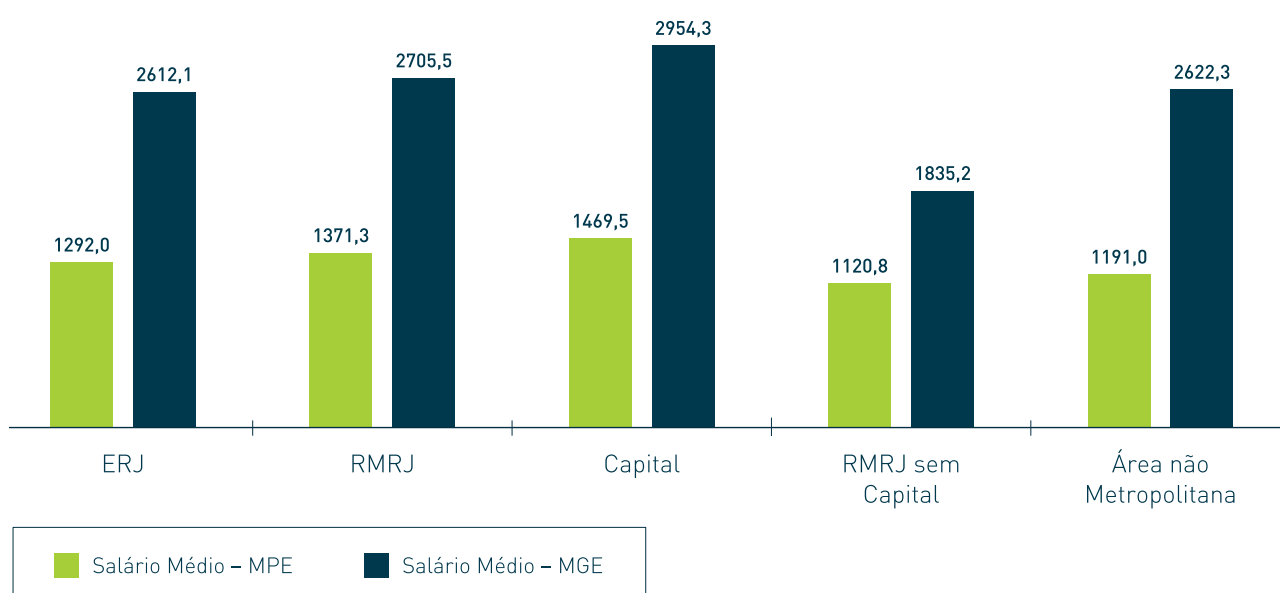
GRÁFICO 25 | PARTICIPAÇÃO DAS MPE NO EMPREGO FORMAL E NA MASSA SALARIAL Fonte: IETS, com base nos dados da RAIS/MTE.



O estado de São Paulo, diferentemente do ERJ, apresentou de 2001 a 2011 um forte aumento da participação das MPEs no emprego na área não metropolitana (passando de 38% para 48%), estabilidade desta participação na capital (em 35%) e forte redução na periferia da RMSP (de 48% para 37%). No que se refere à participação das MPEs na massa salarial no mesmo período, destaca-se novamente o interior paulistano, cuja participação das MPEs na massa salarial passou de 28% para 35%, sendo que capital (25% para 24%) e periferia da RMSP (manutenção em 27%) mostraram relativa estabilidade nesta participação.

Entre os empregados formais, o salário médio do município do Rio de Janeiro (R\$ 2.460) é superior ao da região metropolitana (R\$ 2.237), onde é mais alto do que no interior do Rio de Janeiro (R\$ 2.001). No entanto, o salário médio dos empregados formais na periferia (R\$ 1.545) é ultrapassado pelo do interior, como observado em relação à renda do trabalho dos empreendedores. Isso ocorre porque os salários médios da MPE e, sobretudo das MGEs do interior são superiores aos da periferia. Os menores salários entre os recortes analisados estão entre as MPEs da periferia, indicando atividades de baixo valor agregado e, por conseguinte, menor produtividade.

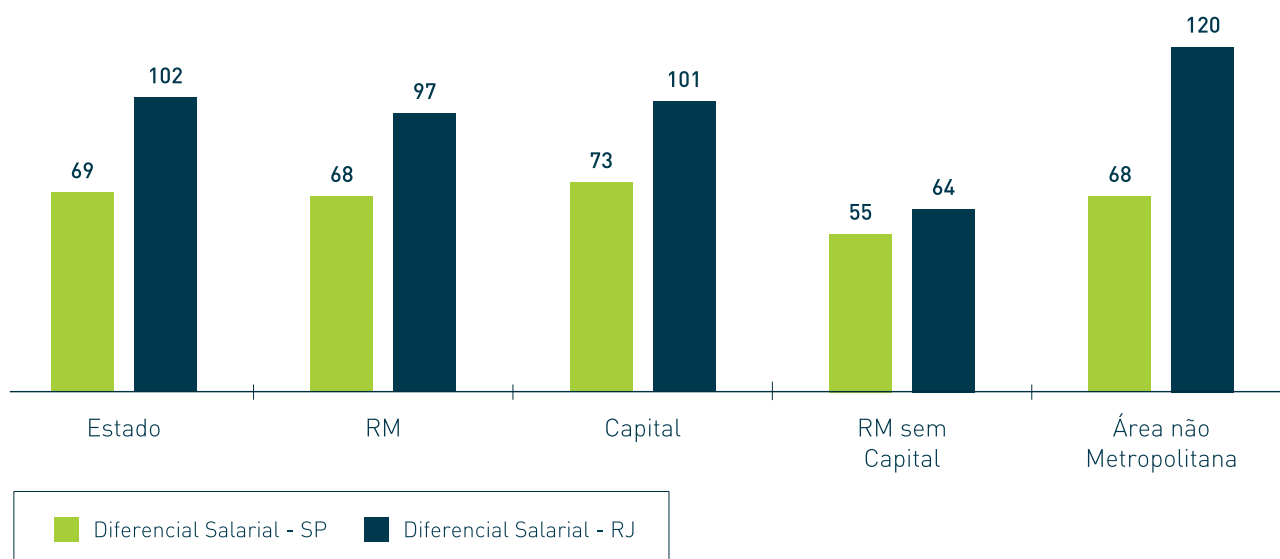
GRÁFICO 26 | SALÁRIO MÉDIO (R\$/EMPREGADO) PARA OS RECORTES DO ERJ – 2011 Fonte: Dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2001 e 2011.



Entre 2001 e 2011, houve expressivo crescimento do salário na área não metropolitana do ERJ, de mais de 40%. Ao mesmo tempo, a remuneração dos empregados formais aumentou 15% na capital e 18% nos municípios da periferia da região metropolitana. Apesar da elevação do salário médio nas MPEs no interior (27%) também ter sido acima da verificada nos demais recortes territoriais, foi o aumento no salário nas médias e grandes empresas, de 42%, que levou a tamanho crescimento.

Por conta disso, o diferencial salarial entre as MPEs e MGEs no interior subiu de 96%, em 2001, para 120%, em 2011. Esse diferencial é superior ao observado na capital (101%), que se manteve no patamar de 2001, e na periferia da RMRJ (64%), onde a distância entre o salário nas MPEs e MGEs diminuiu 7 p.p. na década.

GRÁFICO 27 | DIFERENCIAL SALARIAL (%) ENTRE MPE E MGE - 2011 Fonte: IETS, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).



Já no estado de São Paulo, houve redução do diferencial entre MPE e MGE na área não metropolitana e na capital, de 2001 a 2011. Em movimento distinto em relação ao Rio de Janeiro, a RMSP (exceto a capital) foi a única a apresentar aumento (de 5 p.p.) neste indicador. Os diferenciais salariais em São Paulo são inferiores aos do Rio nas três respectivas áreas: área não metropolitana, capital e da RMSP sem a capital.

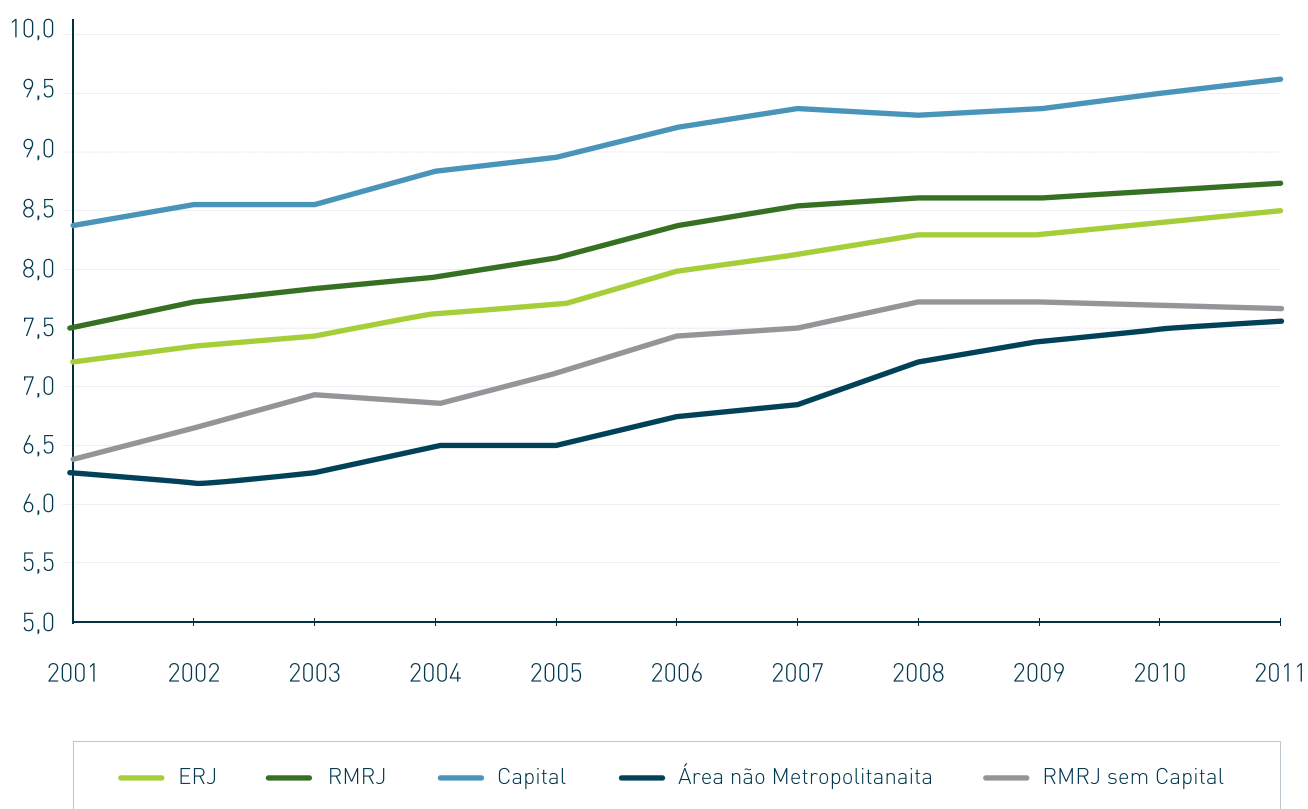
EDUCAÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro apresentou, historicamente, elevado nível educacional quando comparado a outros estados do Sudeste e do Brasil. Entretanto, apesar dos avanços na escolarização, o estado fluminense vem perdendo sua posição em relação a seus vizinhos, de modo que, em 2011, o estado de São Paulo alcançou o fluminense em termos de escolaridade média da população (8,5 anos de estudo).

A análise desagregada por capital, RMRJ sem capital e área não metropolitana nos permite identificar as desigualdade educacionais entre esses territórios. Apesar da melhoria educacional em quase todas as áreas do estado do Rio de Janeiro, de 2001 a 2011, a RMRJ (exceto a capital) e a área não metropolitana apresentaram níveis bastante inferiores de escolarização quando comparados à capital. As distâncias entre a capital e o resto do estado diminuíram no período: passaram de 2,0 para 1,9 em relação à RMRJ sem a capital e de 2,1 para 2,0 em relação à área não metropolitana.

No estado de São Paulo, a escolaridade média na capital é de 9,2 anos de estudo, portanto inferior à capital fluminense (9,6 anos), enquanto tanto a periferia (8,6) quanto o interior (8,2) têm níveis de instrução mais elevados do que as respectivas áreas no Rio de Janeiro (7,7 e 7,6 anos, respectivamente). Desta forma, a distância entre capital e periferia é menos de um ano em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro é de cerca de dois anos.

GRÁFICO 28 | EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS E MAIS: 2001 A 2011 Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).



No tocante à qualidade educacional, medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a despeito do menor índice do estado do Rio de Janeiro em comparação aos demais estados do Sudeste, tanto nos anos iniciais do ensino fundamental quanto nos finais, o índice apresentou uma melhora significativa de 2009 a 2011, crescendo acima do país e dos vizinhos do Sudeste nos dois ciclos.

Assim como na média do Estado, o IDEB apresenta melhorias em todos os recortes deste estudo, a partir de 2009, porém evidencia diferenças de qualidade educacional importantes entre capital e periferia, sobretudo nos últimos anos do ensino fundamental, cujo índice em geral apresenta médias inferiores. A Tabela 5 mostra como esta melhora do IDEB estadual se comportou nos recortes regionais deste estudo nos anos 2007, 2009 e 2011.

TABELA 5 | IDEB DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO: 2007, 2009 E 2011 / SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL Fonte: Estimativas produzidas com base no IDEB (INEP) e Censo Escolar (INEP).

INDICADORES	SÉRIES INICIAIS			SÉRIES FINAIS		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Estado do Rio de Janeiro	17	12	17	13	19	14
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	7	4	5	5	8	5
Capital (RMRJ somente Capital)	21	20	22	23	22	23
RMRJ sem Capital	25	19	27	20	25	18
Área não Metropolitana	18	20	18	25	21	28

Nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando os três anos, as notas da região metropolitana do Rio (geral) e da área não metropolitana do estado são bastante parecidas. A grande diferença aparece quando abrimos a RM e identificamos em sua área periférica (exceto capital) notas inferiores às da capital. Já nas séries finais do ensino fundamental, as diferenças regionais são ainda mais latentes: enquanto o índice da capital cresceu de 0,8, de 2009 a 2011, a periferia da RM teve alta de apenas 0,2. Em 2011, o índice da área não metropolitana, por sua vez, apresentou para os anos finais um nível superior ao da RM (3,9 contra 3,7), mas ainda inferior à capital (4,3). A distância entre o IDEB dos anos finais da capital do resto da RM é de 1 ponto. Ressalta-se que, em São Paulo, o IDEB da capital (4,1) é inferior ao da periferia (4,2) e do interior (4,6), revelando diferenças menores entre as regiões.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÃO

O Estado do Rio de Janeiro tem mostrado avanços em vários indicadores socioeconômicos, porém em ritmo mais lento do que a média brasileira e do que seus vizinhos do Sudeste. O presente estudo mostra que este desempenho se deve, em grande medida, à evolução da sua região metropolitana, que tem sido aquém de outras metrópoles e do Brasil.

Os avanços no combate à pobreza foram menores do que na RMSP e do que na média nacional porque a desigualdade de renda caiu menos na RMRJ. Entre 2001 e 2011, a queda da desigualdade da RMRJ foi menos da metade da queda da desigualdade da RMSP e brasileira, sugerindo que a “encrena metropolitana” agora é mais fluminense.

Esse desempenho está relacionado, em alguma medida, às características estruturais do mercado de trabalho do Rio de Janeiro. A perda da sua posição de centro industrial para São Paulo, aliada ao fato de ter sido a capital do Brasil durante 150 anos e, portanto, o centro político-administrativo, financeiro e comercial do país, geraram uma progressiva importância e dependência do setor terciário, com elevada participação da administração pública e baixa representatividade da indústria. Ainda grande parte da estrutura da ocupação é composta por comércio e serviços de mais baixa qualidade e com elevada informalidade.

O modelo de crescimento econômico recente, ancorado em setores com maior presença de grandes empresas, com significativa contribuição da área extrativa mineral, não foi capaz de alterar significativamente essas características, em que pesem os investimentos industriais em curso no estado.

O baixo desemprego é influenciado pela baixa taxa de participação no mercado de trabalho e pela elevada informalidade. Apesar do aumento do percentual de empregados com carteira de trabalho assinada, a RMRJ permanece com um dos menores índices de formalização do emprego, perdendo apenas para a RM de Recife. Seguimos sendo a capital dos conta próprias e com um percentual baixo de empreendedores que apresentam boa performance e que conseguem gerar empregos.

Os avanços maiores foram em termos de crescimento dos rendimentos do trabalho, acima da média nacional e de São Paulo. Porém, a desigualdade dos rendimentos do trabalho é a maior das regiões metropolitanas.

Destacamos duas possíveis explicações para a redução mais lenta da desigualdade de renda na RMRJ. A primeira diz respeito aos diferenciais de rendimento entre quem tem e quem não tem nível superior. Enquanto no Brasil e na RMSP há diminuição nos diferenciais, na RMRJ há aumento. A segunda explicação reside na distância entre os rendimentos dos empregados em MPE e MGE, que é maior na RMRJ do que na média brasileira ou na RMSP.

Isso se deve, sobretudo, ao que ocorre na capital, que representa 40% da população e tem ainda maior peso em termos econômicos: metade do produto e das empresas e 57% dos empregos formais. Líder em desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita, entre as três áreas do Estado, a capital também registra o maior diferencial salarial para níveis superiores de escolaridade.

A periferia da região metropolitana abriga 40% dos desempregados. É nela também que se concentram os piores indicadores de pobreza e onde moram 44% das pessoas do ERJ vivendo abaixo da linha de pobreza. Periferia e, principalmente, a capital não foram capazes de reduzir a alta desigualdade de renda na última década, como o interior.

A área não metropolitana do estado tem a menor renda domiciliar per capita, porém, dada a grande redução na desigualdade de renda na última década, passou a registrar índices de pobreza mais baixos do que a região metropolitana. Foi também a região que mostrou maior crescimento do PIB, impulsionado pela economia do petróleo.

Para o Estado do Rio de Janeiro avançar mais rapidamente no seu desenvolvimento, precisa encontrar soluções para a sua região metropolitana, que tem freado a redução da desigualdade de renda. O enfrentamento dos problemas da metrópole na sua complexidade requer visão estratégica para a região metropolitana, coordenação das agendas dos diferentes atores e integração das políticas voltadas, principalmente, para diminuir as desigualdades socioeconômicas entre as regiões do estado.

Assim, avançar na agenda metropolitana requer o aprofundamento dos seguintes pontos para orientar as estratégias de atuação:

- Acesso e qualidade da educação e qualificação (profissional e de gestão), a fim de reduzir as distâncias entre as diferentes áreas;
- Desenvolvimento e profissionalização dos pequenos negócios;
- Avanços no ambiente de negócios, acesso a mercados, a crédito, à inovação, desburocratização, juntamente à ampliação e melhoria da infraestrutura e da segurança, possibilitando o desenvolvimento de negócios que diversifiquem a estrutura produtiva;
- Ampliação da inserção produtiva dos jovens; e
- Soluções de mobilidade urbana que possibilitem maior acesso ao mercado de trabalho e maior qualidade de vida em toda a região metropolitana.

A perda de posição da Região Metropolitana do Rio de Janeiro deve servir de alerta e senso de urgência para a construção de uma agenda estratégica e integrada que enfrente a imensa desigualdade entre distintos territórios do estado do Rio de Janeiro. Para que este esforço tenha êxito, faz-se necessário inovar na maneira de pensar as políticas públicas, tanto em termos de suas escalas, quanto de seus prazos e governanças. Esta tarefa dificilmente terá êxito sem a união de esforços por parte de atores públicos e privados, bem como da sociedade civil, na busca por soluções que tornem qualquer lugar do estado um local bom para se viver e trabalhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES, A. PERO, V. AZEVEDO, L. FRANCO, S. (2013) - *Como anda o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro?* Estudo Estratégico No 4 do Observatório de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro, Sebrae/RJ e IETS, Rio de Janeiro.

BARROS, R. et al. (2007) - *A queda recente da desigualdade de renda no Brasil*. In: *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente* (volume 1), Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), IPEA, Brasília.

CASTELAR PINHEIRO, A; VELOSO. Fernando (Org.) - *Rio de Janeiro Um estado em transição*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012, v. 1, p. 205-230.

OSORIO, M. - *Características e evolução recente do emprego e da economia carioca e metropolitana*. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP, n.2423, 2011.

PEREIRA, R. & SCHWANEN, T. - *Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo*. Texto para discussão 1813, IPEA – Brasília, 2013.

RAIA JUNIOR, A. - *Mobilidade e Acessibilidade Urbanas Sustentáveis: A Gestão da Mobilidade no Brasil* – UFSCar, São Carlos, SP, 2009.

SOBRAL, B. A - *Falácia da “inflexão econômica positiva”: algumas características da desindustrialização fluminense e do “vazio produtivo” em sua periferia metropolitana*. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

URANI, A.; GIAMBIAGI, F. - *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011. Páginas 191-212.

URANI, A. - *Trilhas para o Rio. Do reconhecimento da queda à reinvenção do futuro*. Campus/Elsevier, 2008.

Telefone - 0800 570 0800

Twitter - @sebraerj

Facebook - fb.com/sebraerj

www.sebraerj.com.br



RIO DE JANEIRO